

Uma análise dos saberes em torno da homossexualidade no
Congresso Nacional Brasileiro através das legislaturas de Jair
Bolsonaro e Jean Wyllys (2011-2014)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

Uma análise dos saberes em torno da
homossexualidade no Congresso Nacional
Brasileiro através das legislaturas de Jair
Bolsonaro e Jean Wyllys

Anderson da Cruz Nunes

Pelotas, 2017

ANDERSON DA CRUZ NUNES

**Uma análise da construção dos saberes em torno da homossexualidade
no Congresso Nacional Brasileiro através das legislaturas de Jair
Bolsonaro e Jean Wyllys (2011-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniele Gallindo Gonçalves Silva

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

N972a Nunes, Anderson da Cruz

Uma análise dos saberes em torno da homossexualidade no congresso nacional brasileiro através das legislaturas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys (2011 - 2014) / Anderson da Cruz Nunes ; Daniele Gallindo Gonçalves Silva, orientadora. — Pelotas, 2017.

93 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Homossexualidade. 2. Discurso. I. Silva, Daniele Gallindo Gonçalves, orient. II. Título.

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Anderson da Cruz Nunes

Uma análise dos saberes em torno da homossexualidade no Congresso Nacional Brasileiro em torno da homossexualidade através das legislaturas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys (2011 – 2014)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 29/08/2017

Banca examinadora:

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Paulo Cesar Possamai
Doutor em História pela Universidade de São Paulo

Dr. Renato Pinto
Doutor em História pela UNICAMP

Dr. Fábio Vergara Cerqueira
Doutor em História pela Universidade de São Paulo

Agradecimentos

Primeiramente, queria agradecer a minha família por toda a ajuda e dedicação. Ao meu pai, Rubilar Alajos Nunes, e a minha mãe, Ana Cláudia Burkert Nolasco, pela vida, educação e pelo incentivo de seguir a minha vinha carreira acadêmica. Ainda quero lembrar os meus irmãos e minhas irmãs que sempre me dedicaram muito carinho e respeito: Ândrea Carina, Karen Andreza, Miguel Júnior e Adryan Lucas, amo muito vocês.

Sempre digo, a todos e a todas que me conhecem, que tive a sorte grande de ter um padrasto e uma madrasta que souberam ser muito mais que companheiro e companheira de minha mãe e de meu pai, foram verdadeiros amigos e protetores quando precisei. Miguel Nolasco e Rita Pereira, obrigado!

Falar em família não se restringe aos laços consanguíneos. Há pessoas que escolhemos para caminhar conosco nessa estrada da vida. Eu não poderia deixar de frisar a importância de meu namorado, marido, companheiro, que independente da definição soube me dar todos os suportes necessários para que eu pudesse seguir adiante. Então, Ronério das Neves Abreu, obrigado por tudo e que nosso amor, carinho e respeito possam ser eternos.

Agradeço também a uma mulher e professora que representa mais que uma orientadora para mim. Daniele Gallindo, obrigado pela parceria de trabalho e pela amizade que construímos. Saibas que tens de mim uma amizade fiel e um admirador de seu trabalho.

Por falar em amigos, não posso deixar de lembrar de Gustavo Ribeiro e Rafael Pernas. Esses, além de serem pessoas que sei que posso contar, a todo o momento, sou feliz por ter em minha vida essas duas pessoas que respeito pelas pessoas que são e pelo trabalho que executam.

Durante a minha caminhada até esse momento, outros nomes foram importantes. Quero aqui, então, agradecer muito ao colega e amigo Fábio Vergara, pelos trabalhos que junto fizemos, pela amizade que soubemos construir ao longo desse tempo e por todo o incentivo que me desses durante esses últimos oito anos.

Na academia, ainda queria lembrar outros professores que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até este momento. Ao Paulo Possamai, agradeço aos livros recebidos e ao carinho que sempre me

dedicasses. Ao Edgar Gandra agradeço a disposição que teve em me auxiliar sempre que necessário. Obrigado professores!

Agradeço, também, ao Colégio Gonzaga que me propiciou um grande crescimento profissional e pessoal. Aos colegas de trabalho e, principalmente, aos meus alunos e as minhas alunas, saibam que vocês são parte integrante e significativa desse momento.

Enfim, muito muito obrigado a todos e a todas, de coração!

Resumo

Uma análise da construção dos saberes em torno da homossexualidade no Congresso Nacional Brasileiro através das legislaturas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys (2011-2014). 2017. 90f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

A presente dissertação tem por objetivo realizar uma reflexão acerca dos discursos sobre a homossexualidade, na Câmara Federal brasileira, entre os anos de 2011 e 2014. Para isso, lançaremos um olhar sobre a história da sexualidade no ocidente, bem como no que tange a temática da homossexualidade no Brasil. A partir de um diálogo com a História do Tempo Presente e a História Política, buscaremos analisar os saberes construídos acerca da homossexualidade através das legislaturas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys numa perspectiva crítica, tendo como base a Análise crítica do Discurso.

Palavras-chave: homossexualidade, discursos, política, sexualidade, gênero

Abstract

An analysis of the knowledges surrounding homossexuality in the brasilian nacional congress through Jair Bolsonaro and Jean Wyllys legislatures (2011-2014). 2017. 90f. Dissertation (Master Degree in History) - Post-Graduate Program in History, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2017.

The present dissertation aims for a reflection surrounding the discourses about homosexuality in the federal Brazilian chamber of deputies, between the years 2011 and 2014. For this, we will look upon the history of sexuality in the west, as well as what involves the theme of homosexuality in Brazil. Starting from a dialog with the present time history and politic history, we will seek to analyze the knowledges built around homosexuality through the legislatures of Jair Bolsonaro and Jean Wyllys in a critic perspective, having as a foundation the discourse critical analysis.

Keywords: homosexuality, discourse, sexuality, politics, gender

Sumário

1. Introdução.....	10
2. Entre fronteiras teóricas e metodológicas: História do Tempo Presente, História Política e ACD	15
2.1. Para uma História do Tempo Presente	15
2.2. História Política, Discurso Político e ACD.....	18
3. Construção dos saberes acerca da (homo)sexualidade.....	31
3.1. Sexualidade: História, Discurso e Poder.....	34
3.1.1. Da sexualidade: entre saber e poder	35
3.1.2. Da(s) homossexualidade(s) no Brasil	39
3.2. Espaços de fala, espaços de confronto: Bolsonaro e Wyllys	44
3.2.1. Jair Bolsonaro	46
3.2.2. Jean Wyllys.....	57
4. (Des)construindo saberes acerca da homossexualidade.....	65
4.1. Virilidade e Inteligência	65
4.2. História e homossexualidade em perspectivas distintas	72
4.3. As relações de poder entre o discurso cristão e o projeto democrático contemporâneo	80
5. Para efeito de conclusão.....	87
Referências Bibliográficas	90
Fontes.....	90
Literatura secundária.....	90

1. Introdução

No Brasil, números oficiais do governo bem como aqueles apontados pelo GGB (Grupo Gay da Bahia) ranqueiam o Brasil como campeão mundial de assassinatos por intolerância sexual. Podemos pensar, assim, que esta realidade está diretamente ligada ao que circula por verdade sobre as *sexualidades não hegemônicas*¹.

O último relatório publicado da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) aponta que no ano de 2012² o Brasil registrou 3.084 denúncias de violências motivadas por preconceito sexual no país. Já o Grupo Gay da Bahia mostra que em território nacional ocorreram 318 assassinatos motivados por intolerância sexual no ano de 2015³. Apesar desses números e do latente debate sobre a homossexualidade, no Brasil, a homofobia não é crime e as leis do país diferenciam seus cidadãos por suas orientações sexuais na medida em que não conferem os mesmos direitos legais, como o casamento civil, a heterossexuais e homossexuais.



Figura 1 – Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2> Acessado em 25/04/2016.

¹ Entendemos por sexualidades não hegemônicas todas as manifestações sexuais que não estejam dentro da heteronormatividade. O desejo pelo sexo oposto foi construído no ocidente moderno como a forma legítima e saudável de vivenciar a sexualidade.

² Fonte: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2013/junho/numero-de-denuncias-de-violencia-homofobica-cresceu-166-em-2012-diz-relatorio> Acessado em 03/04/2016.

³ Fonte: <http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2> Acessado em 03/04/2016.

Na história recente do Brasil, temas que envolvem a homossexualidade vêm sendo amplamente discutidos pelas mídias, pelos movimentos sociais e por figuras políticas. Deve-se esse momento, sobretudo, as conquistas dos movimentos feministas e LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) após a década de 1960. Dessa forma, em meio às nuances políticas, culturais e econômicas da segunda metade do século XX, as sociedades ocidentais viram e fizeram emergir novos discursos sobre as questões que envolviam as relações não-heterossexuais, bem como uma crítica aos padrões normativos, violentos e preconceituosos construídos na modernidade por uma sociedade que se caracterizava, e ainda é marcada, pelo machismo e pelo patriarcado.

Recentemente, dois nomes da política nacional vêm recebendo atenção dos meios de comunicação pelas posições antagônicas quanto à (co)existência de variadas manifestações da sexualidade humana que fogem ao binômio estabelecido pelo padrão heteronormativo: de um lado, o Deputado Federal do Partido Progressista (PP) Jair Bolsonaro posiciona-se contrariamente a projetos destinados à promoção da diversidade sexual no Brasil, de outro, o Deputado Federal Jean Wyllys do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), apoiado pela comunidade LGBT e simpatizante, é a voz mais ativa dos direitos dos homossexuais no Congresso Nacional. Sendo assim, estamos diante de dois políticos, representantes de parcelas da população, que defendem duas posições no Congresso Nacional. São discursos responsáveis pela construção de verdades sobre a sexualidade, bem como são importantes para os rumos institucionais naquilo que se refere às relações do Estado junto às chamadas “minorias”. Dessa forma, um estudo das legislaturas de ambos os deputados nos permite refletir sobre como a homossexualidade é construída através do discurso e quais as políticas públicas propostas e aprovadas para assegurar os direitos dos/as homossexuais.

No entanto, é preciso esclarecer que nossa proposta é uma contribuição à historiografia dos estudos de (homo)sexualidade e, também, uma contribuição de caráter social, principalmente para aqueles que sofrem violências diárias por conta de sua orientação sexual. Não temos a pretensão e nem achamos possível traçar uma história completa e total sobre a relação do Estado brasileiro com os/as homossexuais, mas acreditamos que uma análise crítica sobre as falas proferidas por Bolsonaro e Wyllys podem esclarecer e

situar a que discurso as retóricas pertencem e de que forma contribuem para a formação dos sujeitos e a (des)construção de saberes.

Nossa intenção é buscar as falas dos dois deputados, sobretudo o que proferiram acerca da homossexualidade no tempo em que exerceram concomitantemente as funções a eles conferidas,⁴ ou seja, entre os anos 2011 e 2014. Os discursos em plenários estão disponíveis no site oficial da Câmara dos Deputados (cf. Figura 1) e são de fácil acesso, bastando apenas procurar o Deputado que se queira pesquisar e abrir a página correspondente. Para cada político, além das informações básicas, biografias e endereços de contatos, há seis opções de consulta, são elas: projetos de sua autoria, projetos relatados, cota parlamentar, discurso em plenário, vídeos e áudios.

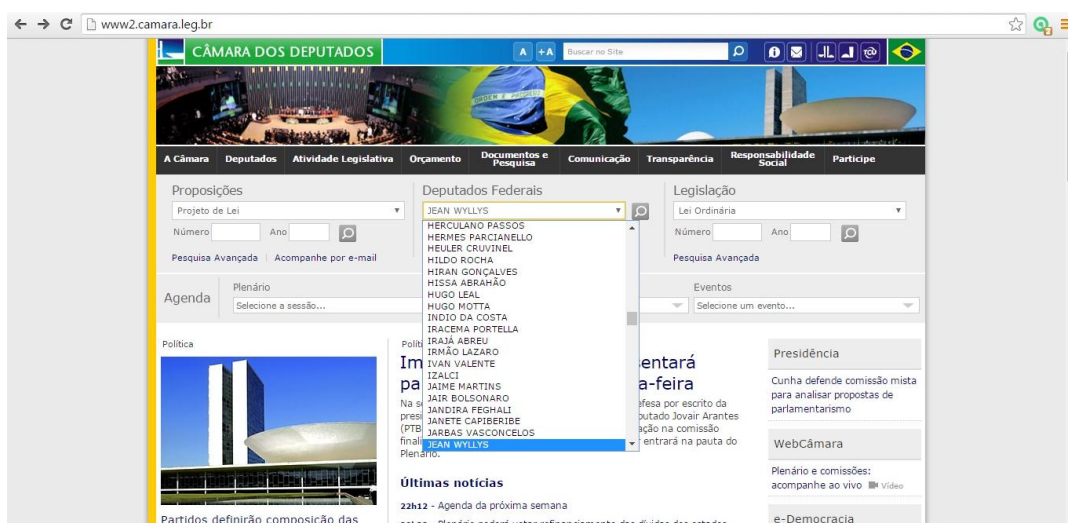


Figura 2 – <http://www2.camara.leg.br> Acessado em 27/04/2016.

Para atender a proposta de nossa pesquisa, selecionamos como fontes principais os discursos em plenários, separando todos aqueles que nos quatro anos em questão se referiam ao tema da homossexualidade. É preciso salientar que também utilizaremos os “Projetos de sua autoria” como fontes auxiliares, já que em cada proposta de projeto de lei apresentada, o deputado autor escreve a justificativa para o mesmo. No caso do PL de Jean Wyllys que propõe o casamento civil igualitário, as justificativas encontradas no documento podem ser de grande ajuda para a interpretação do pensamento do político, bem como do discurso da qual o deputado se insere. O mesmo ocorre em

⁴ Embora os deputados tenham sido reeleitos (2015-2018), pretendemos analisar apenas os discursos proferidos no mandato vigente entre os anos de 2011-2015.

relação a Jair Bolsonaro, que no PL de sua autoria, sugere a utilização de castração química aos estupradores. Assim sendo, o deputado se mostra solidário com algumas violações sexuais, embora silencie no tocante a outras.

Em termos quantitativos são vinte e sete documentos (discursos em plenários), sendo dezenove deles relacionados ao deputado Jair Bolsonaro e oito relacionados ao Deputado Jean Wyllys. No tocante às fontes auxiliares, são seis projetos de lei, três referentes a cada parlamentar. Qualitativamente, nossas fontes, oferecem uma riqueza para análise, uma vez que os enunciados nelas presentes dão conta da totalidade dos grandes debates públicos no Brasil em relação à homossexualidade, ou seja, união homoafetiva, lei que criminaliza a homofobia (PLC 122), o debate da “Cura Gay”, o projeto governamental da Escola sem homofobia, o beijo gay no horário nobre da televisão brasileira, o nome social para travestis e transexuais, os enfrentamentos entre religiosos e LGBTs dentre outros.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender e analisar criticamente os aspectos históricos presentes nos discursos em plenário de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys no tocante as construções de saberes acerca da homossexualidade. Para tanto, propomos 1. refletir sobre as possíveis interpretações dos enunciados emitidos em ambas as legislaturas, entendendo o processo discursivo como construção do objeto de que falam, 2. descrever e refletir de que forma os sentidos construídos através dos discursos sobre a homossexualidade interferiram na aprovação ou não de leis que garantam os direitos e a cidadania LGBT, bem como no estabelecimento de políticas públicas que combatam a homofobia, e 3. contribuir para a historiografia dos estudos de (homo)sexualidade, bem como para os estudos que visam trabalhar com discursos e conhecimento histórico.

Desse modo, nossa problemática de pesquisa consiste em uma reflexão crítica, além da descrição dos enunciados e suas possíveis interpretações, do que se pensa, se fala e se entende por homossexualidade. Entendemos o confronto de enunciados entre os parlamentares como pertencentes a discursos de verdade que formam o objeto de que falam, ou seja, estamos diante de uma manifestação da sexualidade, construída discursivamente, e localizada junto às relações de poder existentes tanto no que se refere às hierarquias das fronteiras da sexualidade quanto no tocante à relação entre

jogo político e opinião pública.

Para René Remónd (2003), as eleições e os números de disputa eleitoral podem servir cientificamente ao historiador do político e do presente na medida em que podem, no mínimo, problematizar a adesão de uma ou de outra ideologia, de um ou de outro discurso. Segundo o autor,

[a] democracia representativa inscreveu a aritmética no centro do sistema político: o resultado das disputas eleitorais, a conclusão dos debates parlamentares dependem da exatidão das somas, da precisão das subtrações. Como a França foi o primeiro grande país europeu a adotar o sufrágio universal, que foi progressivamente estendido à maioria dos procedimentos de designação, e desde então o tem praticado sem outra interrupção além das impostas pelas duas guerras mundiais, os historiadores da vida política dispõe de uma série contínua de consultas que compreende todos os tipos de eleições políticas, sem esquecer as eleições sociais ou profissionais, com as quais as comparações podem ser muito ricas de ensinamentos (REMÓND, 2003, p. 32).

Portanto, podemos pensar sobre a adesão de sujeitos aos sentidos construídos pelos discursos de seus representantes. Tomamos, por exemplo, as eleições de 05 de Outubro de 2014, na qual tanto Jean Wyllys (144.770 mil votos) quanto Jair Bolsonaro (464.572 mil votos) foram reeleitos como deputados federais pelo Rio de Janeiro. Se por um lado, apenas com esses dados, não podemos afirmar que os eleitores desse estado optaram pelo discurso conservador, por outro não podemos ser ingênuos ao ponto de acharmos tais resultados irrelevantes. Contudo, podemos afirmar que eleitores, cidadãos, são interpelados por discursos disponíveis no campo político. Portanto, uma análise desses enunciados historicamente e geograficamente bem delimitados, problema central de nossa pesquisa, colabora com a reflexão das possíveis interpretações dos saberes, das verdades, das ideologias sobre a homossexualidade, disponíveis aos sujeitos. Então, como a homossexualidade é formada discursivamente a partir de duas linhas discursivas marcadamente opostas?

Buscando refletir sobre esse questionamento, pensando acerca dos sentidos que a homossexualidade é construída no espaço político brasileiro, os capítulos a seguir são organizados de forma a propiciar ao nosso leitor e nossa leitora uma melhor compreensão de nossa pesquisa.

2. Entre fronteiras teóricas e metodológicas: História do Tempo Presente, História Política e ACD

Ainda há quem pense que a História é uma disciplina que fala do e no passado. Contudo, sabemos que a escrita histórica é, sobretudo, anseios do presente. Em outras palavras, seria afirmar que nossas problematizações partem de questionamentos em voga na atualidade. Nessa perspectiva, nossa pesquisa é fruto de um tempo que busca as verdades acerca de nossa sexualidade e a afirmação de sujeitos relegados às margens da sociedade e da história. Portanto, ao escolhermos pesquisar os saberes em torno da construção da homossexualidade, estamos inseridos numa temática de interesse contemporâneo. Assim, seja nos debates promovidos pelos meios de comunicação, nas falas de políticos, ou nos comportamentos sociais pós-1960, vivemos num período no qual a pluralidade das relações afetivo-sexuais, bem como as identidades de gênero se encontram em processo de luta contra o pensamento moderno que categorizava os sujeitos e exprimia os modelos corretos, legítimos e saudáveis de sexualidade. Dessa forma, torna-se necessário situar o/a leitor/a sobre as contribuições da História do Tempo Presente (HTP) à historiografia, bem como pensar nas potencialidades que o conhecimento histórico pode explorar acerca de temas e fenômenos recentes, para a posteriori adentrarmos no campo do político e da análise do discurso.

2.1. Para uma História do Tempo Presente

A História do Tempo Presente (HTP) tem por característica refletir e analisar fatos e acontecimentos próximos do tempo vivido pelo pesquisador. Historiadores como Marc Bloch, em *Apologia da História* (2001), e Eric Hobsbawm, em *Sobre a História* (1998), já escreveram sobre o assunto, refletindo sobre as possibilidades e limites desse campo de pesquisa.

Para o historiador Paulo Roberto Teles “é necessário se ter muito cuidado para que a História do Tempo Presente não se torne militância política e ideológica” (TELES, 2014, p. 43). Dessa forma, nem poderíamos analisar nosso objeto nem refletir sobre a temática escolhida, pensando em defender,

a priori, a posição de Jean Wyllys ou as ideias de Bolsonaro acerca da homossexualidade. O que não significa dizer que o pesquisador consegue se manter neutro diante de suas fontes, mas um profissional ético busca a objetividade mesmo reconhecendo não poder obtê-la por completo. Seria, talvez, o compromisso com o conhecimento histórico e com a disciplina, um fator central para aqueles que se debruçam no campo da História. Nessa perspectiva, ao dialogar História e Ética, Fraçoís Bédarida diz que

[...] se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação a seu objeto de estudo e proceder com discernimento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquivia: Uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência e somente uma: sua consciência de historiador é sua consciência de homem. E segundo as palavras de Rebelais, que nunca é demais repetir em virtude do seu alcance permanente e universal, “ciência sem consciência é somente ruína na alma” (BÉDARIDA, 2002, p. 227).

Assim, ao mencionar um distanciamento crítico em relação ao objeto de pesquisa, o autor alerta o compromisso que todo historiador e historiadora deve ter perante o questionamento de suas fontes. É preciso abdicar das paixões em favor do conhecimento e da criticidade. Bédarida também reconhece a impossibilidade de uma neutralidade plena, pois toda escrita histórica passa por escolhas: da fonte, do tema, da problemática, da narrativa, do referencial teórico e metodológico entre outras. Sendo assim, podemos reconhecer que a HTP exige uma série de cuidados teóricos e metodológicos, principalmente no que tange a abundância das fontes e análise de um processo/fenômeno em andamento. Contudo, dificuldades, possibilidades e limites no tocante à escrita do saber histórico encontram-se presente em quaisquer temporalidades escolhidas por dado profissional. Onde repousaria, então, a relevância de uma História do Tempo Presente? Que bons desafios esses historiadores buscam em suas pesquisas?

Para Roger Chartier, uma espécie de “inveja” tomaria conta dos historiadores modernos em relação aqueles do tempo presente, principalmente no tocante à quantidade e diversidade das fontes e a possibilidade do historiador do tempo presente “construir seu próprio arquivo”. Assim, o autor enxerga a legitimidade e a importância de tais estudos, pois:

Simplemente reconhecamos que a história do tempo presente, pela própria natureza de suas preocupações, permite reconhecer as historicidades fundamentais das condições de produção e de validação do saber histórico, atrelando nosso ofício a exigência do conhecimento verdadeiro que o fundamente (CHARTIER, 2002, p. 218).

Escrever sobre o tempo presente é problematizar um processo inacabado. Isso significar dizer que a análise das nossas fontes (os discursos em plenário) deve partir de um questionamento de forma a fazer surgir as possibilidades de entendimento dos enunciados, bem como fazer emergir as relações de poder as quais esses saberes estão submetidos. Assim, uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys é, sobretudo, inserir os saberes construídos numa temporalidade e cultura, além de pensar acerca das estratégias de formação de sentido dos objetos que falam.

Uma vez entendida a legitimidade de uma História do Tempo Presente, é útil pensarmos sobre uma das maiores contribuições que a HTP pode oferecer para a análise da construção dos saberes em torno da homossexualidade através das falas de Bolsonaro e Wyllys: a contextualização do processo.

O que sabemos de ambos os parlamentares, em grande parte das vezes, são informações produzidas pela mídia e/ou divulgadas nas redes sociais. Sendo assim, por conta das características de ambos os veículos, o mercado e o imediatismo, do primeiro, e a falta de critério e método, do segundo, estamos diante de um conhecimento descontextualizado, fragmentado e banalizado. Sendo assim, nossa proposta de pesquisa vai ao encontro do pensamento de Enrique Padrós e Gabriela Rodrigues que nos falam que

[a] ideologização da informação, através da apologia do discurso da globalização, coloca uma situação contraditória de coexistência de superinformação e subinformação. Dessa forma nunca se teve uma quantidade tão grande de informação como nesse período; entretanto, tal informação é desqualificada a partir de sua dispersão, banalização, ausência de continuidade e de reflexão, impedindo, portanto, qualquer tipo de sistematização. A procura de inteligibilidade histórica constitui-se, então numa condição fundamental para resolver os problemas de instantaneidade e imediação entre o acontecimento e o sujeito receptor (PADRÓS; RODRIGUES, 2000, p. 127).

Nessa perspectiva, entendemos como necessário um estudo histórico

crítico sobre os discursos acerca da homossexualidade na história recente nacional. Contudo, não se trata de invalidar o trabalho dos meios de comunicação, mas entender que a dinâmica de produção da notícia não permite, na maioria das vezes, uma reflexão mais profunda dos enunciados emitidos pelos deputados. Além disso, a imprensa publica suas informações em forma de espetáculo, ou seja, focando e formando a polêmica e o confronto de ideias superficiais.

2.2. História Política, Discurso Político e ACD

A História Política (HP) seguiu os passos da historiografia na medida em que passou, durante o século XX, por diversas transformações. Com as novas tendências historiográficas – como a ênfase na longa duração, na história das mentalidades e no deslocamento dos grandes homens para as massas – a HP foi associada a uma ultrapassada concepção de saber na qual apenas se descreviam fatos superficiais, de personalidades históricas, de forma a não ser possível elaborar modelos de explicações, cientificamente pautados, tão desejados pelos historiadores da época.

Assim, traçando um breve itinerário do “retorno do político”, a pesquisadora Marieta de Moraes Ferreira aponta que nos anos 1950 os estudos da longa, média e curta duração excluiu o político. Na década seguinte, nos anos 1960, com a propagação do marxismo na França “o político passava a ser um reflexo das injunções econômicas, destituído de dinâmica própria” (FERREIRA, 1992, p. 266). Para a autora:

A convergência desses diversos fatores explica o descrédito da história política e a difusão da ideia de que este era um tipo de história ultrapassado, anacrônico e condenado pela ascensão das massas e a chegada da democracia. Esse tipo de crítica foi exposto de maneira exemplar na obra clássica de Pierre Goubert, *Louis XIV et vingt millions de français* (FERREIRA, 1992, p. 266).

Sem pretensões de nos determos a uma definição precisa sobre o que seria do domínio do político, aceitamos o pensamento de Rémond na medida em que o autor problematiza a ideia de um “retorno do político”. O termo “retorno” implica pensar que se trata de uma obsoleta forma de analisar o

campo político que, por motivos diversos, teriam sido desacreditadas por algum tempo até seu ressurgimento. Nosso foco é apresentar uma história do político, cujas dimensões de análise se apresentam de forma diversa e complexa, bem distinta daquelas pesquisas que marcaram a historiografia no passado e que foram duramente criticadas pelas correntes marxistas e dos Annales.

Assim, a chamada “Nova História Política” não confere ao acontecimento uma demasiada importância. O fato é, então, visto para além de sua superfície, analisado em sua totalidade que envolve aspectos históricos, culturais, econômicos, sociais, religiosos e outros.

Dessa forma, não seria possível entender os discursos, as posições, as decisões de Jean Wyllys e Jair Bolsonaro, sem se debruçar numa extensa pesquisa de forma a buscar os interesses em jogo em dada situação, as bases históricas e culturais nos quais se sentem pertencentes, nas estruturas políticas das casas em que atuam, nas diretrizes dos partidos pelos quais respondem, bem como nas experiências individuais e nos respectivos significados que deram a tais acontecimentos.

Pensar no político é analisar um campo que se não é determinante para outras esferas sociais, também não é simplesmente determinado por elas. Isso significa dizer que, ao analisar os saberes construídos acerca da homossexualidade no Brasil, entre os anos de 2011 e 2014, partimos do ponto que cada discurso proferido é resultado de uma série de interações pessoais e sociais que devem ser explicitados e devidamente analisados pelo pesquisador ou pesquisadora. Ao seguirmos a sugestão de Rémond em ver o político como uma esfera sem fronteiras, ou seja, só elegível se confrontada em sua complexidade e diálogo com os processos econômicos, sociais e culturais de uma determinada época, podemos encontrar, talvez, o papel da História no político: compreender as mudanças, as transformações, as interrupções da história política no decorrer do tempo, bem como as verdades, os saberes que formam as ações individuais e coletivas de determinada época.

Para Rosanvallon, o “retorno do político” nas pesquisas históricas possuem duas dimensões fundamentais: 1) a que concerne ao momento histórico, no século XX, em que a democracia passou a ser uma problemática

corrente e, 2) uma questão metodológica, na qual o autor entende que dentro das ciências sociais, a Filosofia oferece melhores ferramentas para pensar o político em seu aspecto contemporâneo. A partir desse entendimento, o pesquisador vai desenvolver uma reflexão acerca de uma “história filosófica do político”, compreendendo o espaço político diferentemente daquilo que entendem os cientistas políticos. Para o autor:

O político pode, portanto, ser definido como o processo que permite a constituição de uma ordem a que todos se associam, mediante deliberação das normas de participação e distribuição. A “atividade política”, como observa Hannah Arendt em idêntica linha, “está subordinada à pluralidade da atividade humana”... A atividade política diz respeito à comunidade e com o modo pelo qual ser diferente afeta as respectivas partes (ROSANVALLON, 2010, p. 42).

A citação acima não poderia ser mais ilustrativa do que se pretende na presente pesquisa. No momento em que o autor fala em uma “constituição de uma ordem a que todos se associam”, podemos relacionar com a heteronormatividade presente nos discursos parlamentares de forma a estabelecer um estatuto de conduta na qual a heterossexualidade tem o aspecto do legítimo, natural e desejável. Na sequência, o autor diz que “a atividade política diz respeito à comunidade e com o modo pelo qual ser diferente afeta as respectivas partes”, pois bem, a busca pela liberdade e pelo reconhecimento legal das sexualidades não hegemônicas se tornaram, de fato, um debate público na qual a comunidade pensa ser afetada por possíveis definições legais como, por exemplo, o casamento homoafetivo.

Rosanvallon ainda aponta uma mudança histórica significativa no tocante à concepção do político. Para ele, ocorreu uma “transição de uma sociedade corporativa para uma sociedade de indivíduos” (ROSANVALLON, 2010, p. 42) gerando, conseqüentemente, um “déficit de representação” (ROSANVALLON, 2010, p. 43).

Nesse contexto, surgiram então diversos movimentos objetivando a representação política de sujeitos situados às margens da norma social tradicional. Ainda pela mesma linha de raciocínio, o autor enfatiza que nas sociedades modernas, diferente das anteriores, “não há limites que possam ser impostos – seja pela natureza, seja pela história – contra os processos igualitários” (ROSANVALLON, 2010, p.43). Assim, a igualdade de todos

perante a lei conferiu um novo domínio e dinâmica ao político nas sociedades modernas. Para Rosanvallon:

Na medida em que essas representações nascem de um processo em que a sociedade esta constantemente se reexaminando, e que elas não são exteriores as consciências dos atores, a história filosófica do político objetiva, primeiramente, entender como uma época, um país ou um grupo social tenta construir respostas para aquilo que, com maior ou menor precisão, elas percebem como um problema. Segundo, a partir da definição de áreas históricos-conceituais, ela busca fornecer uma descrição histórica da atividade intelectual decorrente da permanente interação entre realidade e sua representação (ROSANVALON, 2010, p. 44).

Dessa forma, se as representações não estão às margens das consciências dos atores, os discursos políticos de Bolsonaro e Wyllys se convertem em fontes potenciais para entendermos tanto a forma com que o espaço político constrói os saberes acerca da homossexualidade, quanto as verdades adquiridas pela experiência individual dos parlamentares, resultando assim numa batalha política-discursiva na qual a temática da “homossexualidade” é percebida como um “problema” a ser discutido no país.

Outro importante fator a ser levado em consideração nessa pesquisa diz respeito à relação entre discurso político e discurso midiático. Nesse sentido, Carlos Piovezani Filho, em seu artigo em que observa a trajetória da Análise do Discurso político, pontua que “nos seus últimos textos, Michel Pêcheux fala das mudanças do discurso político, reiterando que esse campo discursivo estava, já naquele período, amplamente midiaticizado” (PIOVEZANI FILHO, 2007, p. 113).

No tocante à nossa pesquisa, embora não seja o foco realizar uma análise nas fontes discursivas midiáticas, não significa dizer que deixamos de considerar a influência da mídia na formação dos discursos políticos na contemporaneidade, visto que a midiaticização da sociedade está presente de uma forma muito mais complexa. Dito de outra forma, o discurso político preparado para a televisão, por exemplo, requer cuidados analíticos próprios diferentes daqueles discursos emitidos em Plenário. Contudo, não é difícil perceber que os discursos emitidos nos espaços políticos são pensados de forma mais ampla, visto ser o Congresso Nacional um espaço de permanente vigilância da mídia.

Ao utilizarmos os discursos em plenário com o objetivo de analisar as retóricas dos parlamentares supracitados, podemos perceber que estamos

diante de parte do processo de luta sobre uma construção de verdade da homossexualidade no Brasil contemporâneo. É nessa perspectiva que propomos analisar as fontes a partir da ACD (Análise Crítica do Discurso) proposta por Teun A. Van Dijk.

Analisar com criticidade não significa necessariamente abdicar de subjetividades constitutivas do pesquisador, tampouco deslegitimar o direito à exposição de certos posicionamentos essenciais daqueles que escrevem o texto (como a democracia e o respeito aos Direitos Humanos). Nesse sentido, a presente pesquisa vai ao encontro do que a ACD assume como premissa para os trabalhos que operam por essa perspectiva, ou seja, fazer emergir as relações de poder imbricadas no processo de construção discursiva, empoderando sujeitos e grupos relegados às margens da sociedade e da história.

As práticas afetivo-sexuais não heterossexuais foram (e ainda são) concebidas como manifestações desviantes da sexualidade humana frente a um processo social e histórico que instituiu apenas a relação entre homem e mulher como digna de respeito e legitimidade do Estado e das instituições que o compõem. Assim sendo, homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros sobreviveram sob discursos de negação da humanidade desses sujeitos e estabeleceram ao longo da história estratégias para não apenas fugir das punições típicas de quem ousa desafiar as normas, as regras, os padrões, como também criaram formas de viver a sexualidade e afetividade a seu modo.

Assim, podemos dizer que o processo responsável pela marginalização da homossexualidade é consequência dos saberes que as mais diferentes sociedades e temporalidades construíram acerca do comportamento de homens e mulheres. Esses discursos foram disseminados no espaço e no tempo pelos mais diversos campos do saber: o Estado, a Igreja, a Literatura, a Ciência, o Jurídico e a Imprensa.

O século XX foi um período de mudanças sociais e econômicas que somado à articulação dos movimentos sociais estabeleceu uma série de novas demandas comportamentais nas quais as relações afetivas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo puderam ter parte dos seus direitos debatidos e em alguns casos reconhecidos pelo Estado.

Contudo, os números crescentes de violência de caráter homofóbico,

bem como o não reconhecimento de direitos constitucionais pelo legislativo nacional denotam que, mesmo diante de um contexto de mudanças, as relações de poder continuam a definir o certo e o errado, o lícito e o ilícito, aqueles que merecem a atenção das instituições e dos meios de comunicação e aqueles que devem se assujeitar a uma suposta realidade natural ou da maioria.

Nesse sentido, os discursos proferidos em plenários são fontes capazes de fazer emergir reflexões no tocante as “verdades” em disputa pela igualação de direitos entre heterossexuais e homossexuais. Além disso, as retóricas de Bolsonaro e Wyllys comportam uma gama de sentidos pertencentes ao nosso tempo histórico, que são usados diante dessas relações de poder que visam manter o *status quo* de outrora, ou seja, a dominação e superioridade da heterossexualidade.

Em o *Discurso e poder*, Van Dijk aborda a temática sobre o racismo utilizando a Análise Crítica do Discurso como instrumento para refletir acerca da dominação que grupos sociais brancos exercem sobre minorias étnicas e raciais. Para isso, essas elites elaboram saberes, verdades e sentidos formadores e reguladores de discursos e práticas desiguais abrindo caminho para opressão e desvalorização de grupos e identidades. Nessas análises, Van Dijk expõe as estratégias discursivas, as formas de persuasão, além de situar os lugares de fala e os sujeitos que a eles tem acesso. Nessa perspectiva, não se trata de abordar simplesmente o poder, e sim de se concentrar no exercício abusivo do poder.

Quando a Análise Crítica do Discurso se propõe a problematizar as formas de dominação instituídas pelo discurso, ela está, sobretudo, a questionar os saberes e o processo de construção de sentidos que imbricam numa diferenciação entre os sujeitos, na desigualdade do acesso aos direitos, na desconstrução do outro e na seletividade de quem pode ou não controlar a circulação dos saberes.

Todavia, Van Dijk esclarece que não há uma metodologia única nesse campo de estudos. As abordagens são múltiplas e depende do objetivo e do interesse do pesquisador ou da pesquisadora, visto que

[...] tanto os estudos do discurso quanto os estudos críticos do discurso fazem uso de uma grande quantidade de métodos de

observação, de análise e de outras estratégias para coletar, examinar ou avaliar os dados, para testar hipóteses, para desenvolver teorias e para adquirir conhecimentos (VAN DIJK, 2015, p. 13).

Longe de cairmos em um relativismo, a Análise Crítica do Discurso ou os Estudos Críticos do Discurso (ECD) possuem alguns enfoques característicos, principalmente quando se trata da relação discurso-poder-dominação. Nesse sentido, Van Dijk afirma que

[...] os ECD se concentrarão, em geral, naqueles sistemas e estruturas da fala ou da escrita que podem variar em função de condições sociais relevantes do uso linguístico, ou que podem contribuir para consequências sociais específicas do discurso, tais como influenciar as crenças e ações sociais dos ouvintes e leitores. Mais especificamente, os ECD preferem focar aquelas propriedades do discurso que são mais tipicamente associadas com a expressão, a confirmação, a reprodução ou o confronto do poder social do(s) falante(S) ou escritor(es) enquanto membros de grupos dominantes (VAN DIJK, 2015, p. 14).

Portanto, uma análise crítica das falas de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys estabelecidos dentro do espaço político, lugar habitual de conflitos e contradições, demonstra o confronto de saberes que buscam ou manter a ordem e a tradição no tocante às relações entre homens e mulheres, ou subverter as “verdades”, *a priori*, naturalizadas que acabam por constituir cidadãos diferenciados aos olhos da lei e menosprezados às vistas da sociedade.

Ruth Wodak nos lembra que a ACD tem base na Linguística Crítica (LC) (desenvolvida nos anos 1970 e 1980). Entre os laços que os unem encontra-se o entendimento da dimensão ideológica do discurso. Além disso, tanto a LC quanto a ACD entendem os saberes como resultado de intensos jogos de força travados pelos mais diversos interesses dos sujeitos e grupos que compunham uma sociedade. Para a autora,

[...] a LC e a ACD podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem(ou no discurso) (WODAK, 2004, p. 225).

De acordo com Wodak, a ACD surgiu na década de 1990. Apoiada pela

Universidade de Amsterdã e tendo como pesquisadores interessados nesse debate nomes como Van Dijk e Fairclough, esse novo campo de estudos pretendia analisar a linguagem a partir de três conceitos fundamentais: o poder, a história e a ideologia. Assim, consideramos que toda construção de sentidos está situada entre as relações de poder na sociedade, o tempo histórico e cultural do período analisado e as visões de mundo que os sujeitos possuem na base de seus interesses.

A ideologia é um aspecto importante para todos aqueles que se debruçam sobre a ACD, sendo vista como o lugar de criação e permanência dos processos de dominação e das relações desproporcionais de poder. Sobre linguagem e poder, Wodak ainda acrescenta que

[a] unidade permanente entre a linguagem e outras questões sociais garante que a linguagem esteja entrelaçada com o poder social de várias maneiras: a linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio ao poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo. A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas. Pouquíssimas estruturas lingüísticas não foram colocadas, em algum momento, a serviço da expressão do poder através de um processo de metáfora sintática ou textual. A ACD está interessada em como as formas lingüísticas são usadas em várias expressões e manipulações do poder. O poder é sinalizado não somente pelas formas gramaticais presentes em um texto, mas também pelo controle que uma pessoa exerce sobre uma ocasião social através do gênero textual. Com frequência, é justamente dentro dos gêneros associados a certas ocasiões sociais que o poder é exercido ou desafiado (WODAK, 2004, p. 237).

Regina Aparecida Lima (2010) estabeleceu um diálogo entre Van Dijk e Charaudeau no tocante às respectivas produções sobre os estudos acerca dos discursos. Ambos os autores ultrapassam o entendimento simples do discurso como nos mostra a autora. Se para Van Dijk o discurso não é apenas uma ideologia e sim um evento comunicativo numa visão mais ampla e uma forma oral ou escrita num aspecto de comunicação particular, para Charaudeau, o discurso não é somente um exercício da língua, mas um resultado de características formadoras de sentido.

Ao encontro desses pressupostos, as reflexões de Foucault (2000) contribuem para essa perspectiva, na medida em que o autor não entende os discursos como um simples aglomerado de signos, mas práticas que

constroem verdades e saberes sobre o objeto de que falam. Ainda pautado no pensamento foucaultiano, a atenção de um analista de discurso deve convergir para o que está inscrito nos enunciados estudados e não buscar sistematicamente a existência de algo atrás dos discursos.

Portanto, não tomamos os discursos escritos ou orais como uma significação do real, das coisas, dos objetos e dos fenômenos. Os discursos são antes de tudo, a fonte dos significados. Sendo assim, os saberes construídos, distantes de serem formados por neutralidades, são construídos a partir de uma relação de forças entre os sujeitos e grupos que controlam o acesso ao lugar de fala e determinam as estratégias de reprodução. Esse trabalho busca, sobretudo, refletir sobre as possibilidades de entendimento acerca dos saberes em torno da homossexualidade, de forma a fazer aparecer as estratégias de formação e reprodução desses discursos que acabam por criar um estatuto de verdade e, assim, conduzir os pensamentos e as práticas dos sujeitos.

Embora seja possível traçar um diálogo em alguns pressupostos da forma com que Foucault e Van Dijk entendem o discurso, ambos os autores possuem diferenças significativas no tocante a esse conceito. Para esclarecer nosso leitor e nossa leitora, a presente pesquisa segue a definição de discurso de Van Dijk, embora se pautem na análise de Foucault sobre a sexualidade no Ocidente moderno.

É preciso definir como utilizamos o discurso para analisar os enunciados emitidos pelos deputados Jair Bolsonaro e Jean Wyllys. Assim, controle e dominação são dois lados de um mesmo processo, ou seja, para o discurso heteronormativo se manter como modelo de organização das relações afetivas sexuais é preciso, sobretudo, ocupar os lugares de construção dos saberes. Assim, na medida em que uma elite simbólica controla a informação, elas passam a dominar os grupos nos quais não ocupam determinados espaços e, por consequência, acabam por impor suas crenças e ideologias.

A partir disso, podemos pensar na Câmara dos Deputados como um espaço ocupado amplamente por heterossexuais que traduzem em seus discursos a forma com que pensam e com que experienciam a vida. Nessa perspectiva, nos cabe a dúvida, se inúmeros projetos de lei que visam

combater a homofobia ou igualar os direitos assistido aos heterossexuais estariam sendo arquivados caso a Câmara fosse dirigida pela maioria homossexual.

Portanto, assim como ocorre na política, ocorre também nos outros espaços do estado, nos quais a cultura da heteronormatividade é a regra para o comportamento dos indivíduos. A produção e a circulação dos discursos são responsáveis pelas verdades que criam, e essas verdades atendem aos interesses de quem as controla. Nesse sentido, Van Dijk nos diz que as

[p]essoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente escrita). Ou, ao contrário, elas tem que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever (VAN DIJK, 2015, p. 18).

Assim, podemos dizer que as práticas correspondem diretamente aos saberes formados pelos discursos vigentes. Na verdade, os discursos são as bases para as tomadas de ações, embora as ações dos indivíduos sejam também pautadas por outros fatores como, por exemplo, os conhecimentos adquiridos na vida pessoal.

Quando falamos que a teoria é diferente da prática, estamos dizendo que as ações não ocorrem tal como está escrito ou previsto num determinado discurso, mas, certamente, as práticas acontecem numa relação complexa dos mais diversos saberes construídos no tecido social. Ainda sobre a relação discurso e prática, Van Dijk afirma que

[o] controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também as mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações sociais. Em geral, o controle da mente é indireto, uma intencional, mas possível ou provável consequência do discurso (VAN DIJK, 2015, p. 18).

Portanto, se acreditamos que os saberes são responsáveis pelas ações, é preciso pensar em quem tem acesso à circulação desses saberes, bem como buscar compreender quais interesses dos sujeitos e grupos que pertencem a determinado campo discursivo. Em outras palavras, quem pode falar sobre a homossexualidade na Câmara dos Deputados? Que interesses tem determinado sujeito ao expor certa visão dos fenômenos da sexualidade? E, quais aspectos da sexualidade humana são possíveis ou recomendáveis

abordar dentro do Congresso Nacional? Esses questionamentos nos servem de norte na abordagem daqueles pesquisadores e pesquisadoras que se debruçam sobre a análise crítica do discurso. É preciso desvendar, compreender e questionar como um saber é formado, a partir de quais interesses e em quais lugares.

Ao se tratar do discurso político, faz-se necessária uma atenção significativa ao contexto. Não nos referimos como contexto aqui apenas ao todo social, histórico, cultural e econômico de uma época, mas também às condições específicas de uma dada retórica. Explicando de outra forma, sabemos que Jair Bolsonaro e Jean Wyllys falam de um plenário, o que significa dizer que se apresentam como representantes de parcelas da população. Mas, sabemos que a fala política tem interesse de angariar um número maior de eleitores. Essa adesão só será possível caso o orador selecione os argumentos de acordo não só com seus interesses, mas também com os limites e possibilidades ditadas pelo contexto. Dessa forma, as estratégias discursivas de cada parlamentar têm em si só uma demanda de análise, na medida em que são feitas escolhas de temas, argumentos, adequação ao tempo permitido, métodos de persuasão entre outros fatores.

Contudo, aos selecionarmos por fontes os discursos em plenário e ao problematizarmos os enunciados dispersos dentro do campo político, torna-se necessário situarmos o leitor e a leitora do nosso entendimento sobre o lugar de construção das falas de Bolsonaro e Wyllys. Para isso, utilizaremos os estudos de René Rémond e Patrick Chereaudeau, ambos os autores escreveram sobre o espaço político, os sujeitos e os discursos que o constitui.

Por que a escolha do campo político? De que forma os discursos políticos podem lançar uma luz de reflexão acerca da sexualidade e de como esta é gerida, entendida e (re)produzida no Brasil? De que forma uma análise crítica e histórica sobre a construção dos saberes em torno da homossexualidade pode contribuir frente às informações descontextualizadas da mídia?

O historiador René Rémond, em *Por uma História política* (2003), nos traz grandes contribuições no tocante à nossa proposta. A primeira delas se refere a não entendermos que o surgimento de novas teorias na historiografia, não significa necessariamente abandonar contribuições anteriores. Nesse

sentido, não é raro encontrarmos historiadores movidos pelos modismos acadêmicos, pelos quais para defesa de um novo ponto de vista, procura-se desmoronar o conhecimento anterior. De forma alguma, estamos sugerindo uma oposição à História Cultural muito em voga no presente, pois um diálogo, ao contrário, com tendências, teorias e com as mais diversas disciplinas é fundamental.

Dessa forma, pensamos numa segunda contribuição de Rémond, a ideia de que o Político possa ser visto como um ponto de condensação, ou seja, se relegamos ao político, ao Estado, o espaço no qual se exerce o poder administrativo, onde se fazem leis, aplicam penas, onde se constrói e se denomina o que é lícito ou ilícito, permitido ou proibido, e que estas decisões, ao menos na teoria, devem ser seguidas por todos, estamos diante de um espaço de interesse de todas as cores, todas as classes sociais, todas as orientações sexuais etc. Ainda nessa ótica, Rémond nos diz que

[a] análise dos processos de decisão mostra que os que decidem em política conservam certa liberdade de manobra: em sociedades tão complexas e diferenciadas como as nossas, os interesses são tão diversos e mesmo contraditórios que seu entrecruzamento e suas divergências conferem ao político um poder de arbitragem (RÉMOND, 2003, p. 447).

Sendo assim, é justamente nessa idéia de “arbitragem” do campo político e que não vem acompanhada se não antes de discursos e produção de sentidos, que uma análise atenta do que se toma por verdade nas falas de Bolsonaro e Wyllys acerca das sexualidades (homossexualidades) se faz importante e útil. Isto posto, quais seriam as particularidades dos discursos políticos?

Ao analisar o campo político, Patrick Charaudeau enxerga a construção do discurso político como um processo de interação, construído por sujeitos e identidades, bem como formador dos mesmos. Contudo, o discurso político teria três aspectos fundamentais e característicos. O primeiro ponto seria entender esse tipo de construção de sentido como um sistema de pensamento. Isso significa pensar no discurso político como formador de um ideal a servir de referência para a tomada de posições e para a construção de opiniões. Outro fator importante é entender esse tipo de discurso como ato de comunicação. Nessa perspectiva, os atores teriam por finalidade participar da cena política de

modo a influenciar as opiniões no intuito de adesões ou rejeições. Por último, o discurso político como comentário, ou seja, é um discurso acerca do político, sem necessariamente pertencer a esse campo. Esse tipo de discurso não engaja o sujeito da ação. As contribuições de Charaudeau apontam uma direção de como pensar acerca dos discursos produzidos no campo político.

Para fins dessa dissertação, o diálogo entre Van Dijk e Charaudeau se converte na base teórica e metodológica com que abordaremos as fontes. Se por um lado, Charaudeau oferece ferramentas analíticas para a exploração dos discursos políticos, por outro, Van Dijk e a Análise Crítica do Discurso nos possibilita uma perspectiva, um olhar sobre as fontes, na medida em que busca fazer emergir as relações de poder e os processos abusivos de dominação do discurso.

3. Construção dos saberes acerca da (homo)sexualidade

Ao longo da história, as relações homoafetivas não desfrutaram de plena tranquilidade. Falar, por vezes, erroneamente da Grécia Antiga e de sua aceitação as relações homossexuais seria antes uma meia verdade. As pesquisas mostram a pederastia como uma instituição grega, que certamente englobavam intenções pedagógicas, mas, também, relações de prazer. Neste sentido, Borrillo afirma que

[a] Grécia Antiga reconhecia oficialmente os amores masculinos; se as relações sexuais entre os homens desempenhavam uma função iniciática, nem por isso tais ritos estavam desprovidos de desejo e prazer. Assim, impregnado por essa atmosfera de erotismo viril, a sociedade grega considerava a homossexualidade como legítima (BORRILLO, 2010, p. 45).

No entanto, havia suas regras, e uma série de condutas não eram permitidas ou bem vistas naquela sociedade, como por exemplo, a relação passiva de um cidadão grego, ou ainda, o afastamento do que se entendia por virilidade e comportamento masculino. Mas, sem dúvidas, a homossexualidade gozou de uma legitimidade maior, ainda que em termos, do que vimos na modernidade.

Após isso, durante a Idade Média e da ascensão do cristianismo, a ideia de pecado se instaurou sobre as relações homoafetivas, vistas pela Igreja Católica como manifestações de uma sexualidade não natural. Obstinado a tolerar somente as relações de sexo para a procriação, o pensamento cristão relegou aqueles que praticavam a sodomia às fogueiras da Santa Inquisição. Neste período,

[o] sistema de dominação masculina do tipo patriarcal consolida-se com a tradição judaico – cristã; no entanto, esta introduziu uma nova dicotomia, “heterossexual/ homossexual” que, desde então, serve de estrutura, de ponto de vista psicológico e social, a relação com o sexo e a sexualidade (BORRILLO, 2010, p. 47).

Contudo, é após as revoluções burguesas que o ocidente fez emergir sistematicamente aquilo que viemos a entender pelo termo sexualidade. Michel Foucault lança um horizonte de entendimento de como a sexualidade humana foi percebida, dirigida e gerida após as revoluções Industrial e Francesa. Para ele, os sujeitos foram/são constituídos por uma série de discursos como aqueles advindos do Direito, da Medicina e da Religião. Negando a hipótese

que a modernidade reprimiu o sexo, Foucault afirma que “o que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem devotado a falar sempre, valorizando-o como segredo” (FOUCAULT, 2010, p. 42). O autor nos ajuda, portanto, a compreender como a sexualidade foi sendo utilizada nas sociedades industriais a partir do século XIX. Compartilhando com Foucault a ideia que a sexualidade não foi apenas objeto de interesse do âmbito privado e familiar, Giddens entende que a

[s]exualidade: tema que poderia parecer uma irrelevância pública – questão absorvente, mas essencialmente privada. Poderia ser também considerada um fator permanente, pois se trata de um componente biológico e como tal necessário a continuidade das espécies. Mas, na verdade, o sexo hoje em dia aparece continuamente no domínio público e, além disso, fala a linguagem da revolução. O que se diz é que durante as últimas décadas ocorreu uma revolução sexual; e as esperanças revolucionárias têm conduzido à reflexão sobre a sexualidade muitos pensadores, para os quais ela representa um reino potencial da liberdade, não maculado pelos limites da civilização atual (GIDDENS, 1993, p. 9).

O historiador James Green (1999) analisou a homossexualidade masculina no Brasil do século XX, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. O autor lembra que, na primeira metade do século XX, a homossexualidade era representada em ligação à feminilidade e à prostituição, acarretando, assim, uma série de preconceitos e estigmas a muitos brasileiros e brasileiras. Analisando uma história pornográfica homossexual intitulada *O menino do Gouveia*⁵, Green lembra uma figura conhecida desse período nos parques do Rio de Janeiro: o fancho. Este termo se refere a homens mais velhos que buscavam prazeres com rapazes mais jovens e efeminados, algo comum nas praças públicas cariocas no início do século XX. Nesse sentido, diferentemente de hoje, onde o homem que desempenha a atividade nas relações sexuais tende a ser visto, também, como homossexual, o fancho poderia passar despercebido, provavelmente por conta da sua distância da feminilidade, bem como, da crença da atividade sexual, como um indicador de virilidade e masculinidade, ainda mais, quando praticada com um rapaz mais jovem e efeminado. Sobre isso, autor adverte que

o fancho- definido mediante seu papel sexual, como aquele que

⁵ Escrita por Capadócio Maluco (pseudônimo) no início do século XX. Cf. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/sobre-gays-lesbicas-e-machoes> Acessado em: 28/04/2016.

penetra – era relativamente invisível aos observadores externos que descreviam esse mundo de putos e frescos. Isso devia ocorrer, em parte, porque sua aparência e comportamento público menos feminilizados permitiam que ele passasse despercebido. A aparente masculinidade dos fanchonos os protegiam das prisões e do olhar dos médicos, advogados e de outros voyeurs responsáveis pela maior parte da documentação escrita sobre o homoerotismo na *belle époque* brasileira (GREEN, 1999, p. 71).

A partir da década de 1960, com a emergência e o fortalecimento dos movimentos feminista e gay, as sociedades ocidentais passaram a questionar tradicionais padrões de gênero⁶ e sexualidade construídos discursivamente pelas sociedades industriais. Nesse sentido, Pedro Paulo Oliveira entende que os discursos contra hegemônicos emergem e criam força dentro de um contexto histórico e social em transição, pois

[o] impulso mundial do capitalismo, logo após a Segunda Grande Guerra, deu-se, sobretudo, a seu dinamismo tecnológico aliado a busca incessante de novos mercados. Avançando em todas as partes do globo, ele incorporou novos grupos étnicos e culturas que passaram a compor seu ampliado mercado de trabalho e consumo. Ao estender suas promessas e sonhos as novas clientelas, não hesitou em sacrificar e minar a racionalidade universalista ocidental, mantendo apenas o que: a onipotência da instituição do mercado. Nesse contexto, uma variedade de culturas, dialetos e formas de fazer as coisas, se constituíram numa miscelânea de perspectivas e possibilidades que, ao lado do dinamismo consumista exacerbado pelo mercado, compõe o pano de fundo de onde emerge a sociedade pós-moderna (OLIVEIRA, 2004, p. 86).

Contudo, as lutas de gays e lésbicas da segunda metade do século XX, expressam o fragmento típico das sociedades pós-industriais, ou seja, os grupos sociais que emergiram na segunda metade do século XX passaram a cuidar de uma pauta específica (gênero, orientação sexual, etnia) e não mais num tema generalizante como a união pela queda do capitalismo, por exemplo. Então, essa “onda” de manifestações sobre o corpo, a sexualidade e as identidades, não ameaçava o sistema organizacional e econômico vigente. Sobre isso, Oliveira diz que

[a]s políticas da identidade, como o feminismo, o movimento gay e todas aquelas que Evisam favorecer os mais diversos grupos étnicos, vicejaram nesse caldo cultural pós moderno, beneficiadas pela continua expansão do capitalismo que aglutinava em torno do mercado um número cada vez maior de consumidores e trabalhadores recrutados não necessariamente de acordo com as características do agente hegemônico, ou seja, macho branco, de ascendência européia e heterossexual. Essas políticas puderam se

⁶ De acordo com Joan Scott, “o gênero é um element constitutive de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

manifestar sem necessariamente defender nenhuma bandeira anticapitalista, o que as tornou mais simpáticas aos detentores do poder econômico. Pelo menos não suscitaram reações mais enérgicas dos setores mais poderosos, exatamente os segmentos que detém a supremacia econômica (OLIVEIRA, 2004, p. 92-93).

Em meio a essa conjuntura, uma série de avanços e retrocessos no tocante à dignidade dos e das homossexuais, bem como em relação à conquista dos direitos civis foi observada até os dias atuais. Os anos 1980 foram marcados pela epidemia da SIDA e, por um lado, houve um recrudescimento da ofensiva homofóbica que via no vírus uma espécie de praga gay ou um castigo divino para aqueles que cometiam o pecado da sodomia, sendo que por outro lado, a situação fez com que a homossexualidade fosse visibilizada. O Brasil assistiu à morte de personagens públicos como Cazusa e Renato Russo por conta da doença, mas também acompanhou o desenvolver de redes de solidariedade de enfrentamento ao HIV/SIDA.

Essa breve revisão bibliográfica foi capaz de assinalar satisfatoriamente a justificativa do presente projeto, pois estamos falando de indivíduos historicamente e socialmente discriminadas, invisibilizadas, dos quais muitas vezes os direitos e até a vida lhe foram e ainda são tolhidos. Acreditamos, assim, que esse projeto não só é relevante por conta de seu caráter social, na medida em que fornece a sociedade uma análise crítica sobre um tema em voga no presente, mas também pretendemos colaborar para os estudos acadêmicos sobre (homo)sexualidade, principalmente dentro do conhecimento histórico.

3.1. Sexualidade: História, Discurso e Poder

Seria a sexualidade um aspecto de interesse apenas do privado, ou teria o espaço público reivindicado para si a tarefa de organizar, administrar as configurações de gênero e as relações afetivas dos sujeitos? Para alguns, esse questionamento poderia ser respondido de forma simples, mas o fato é que as sociedades ocidentais, nos últimos quatro séculos, fizeram surgir a sexualidade como objeto de estudo, de organização, classificação e punição. Hoje, falar da sexualidade é complexo, requer atenção e cuidados. Em jogo, estão as

relações de poder, os processos de dominação, o mercado do sexo, as identidades legitimadas e aquelas que buscam um lugar na história. Estaríamos nós condenados a mostrar quem somos através da sexualidade? Seria a sexualidade o fator capaz de causar uma grande revolução na nossa sociedade?

É provável não sermos capazes de responder tão brevemente esses questionamentos, mas julgamos necessário refletir acerca da forma com que as sociedades modernas geriram os saberes no tocante às sexualidades dos sujeitos. Poderíamos levar nossas inquietações para outros aspectos. Seria a sexualidade do domínio da biologia? Da cultura? Ou de ambos? Ainda no caminho das dúvidas, a forma como a sexualidade se desenvolveu e se desenvolve no Brasil segue tal quais os parâmetros que sabemos do velho continente, assim como nos apontaram diversos autores, entre eles Giddens e Foucault?

Nossa proposta a seguir é traçar uma reflexão de como a sexualidade passou a ser gerida nas sociedades modernas. Além disso, buscamos entender como os discursos acerca homossexualidade são construídos e reproduzidos pelas instituições típicas desse período. Na sequência, promovemos um diálogo entre pesquisadores e pesquisadoras que escreveram acerca das (homo)sexualidades no Brasil.

3.1.1. Da sexualidade: entre saber e poder

Para nossa sociedade, a sexualidade é um tema demasiadamente polemico. Ao mesmo tempo, talvez por conta disso, ela seja também do campo da transgressão, ou seja, o sexo na contemporaneidade traz consigo um caráter revolucionário. Uma imensidão de textos literários, jornalísticos, jurídicos e pedagógicos insistiram em colocar o sexo como um saber reprimido, transferindo à moral burguesa os créditos por tal interdição. Contudo, Foucault lança um novo olhar para o lugar da sexualidade nas sociedades modernas, e entende que distante da ideia de fazer do sexo um segredo, fomos levados a falar interruptamente sobre ele, marcando assim uma característica forte do nosso tempo, ao menos nos últimos quatro séculos.

A emergente ordem burguesa na Europa procurou mais do reprimir, controlar o sexo. Assim, com o surgimento da ideia de população, torna-se necessário pensar, organizar, administrar as taxas de natalidade. É preciso também, que os sujeitos não desperdicem o valioso tempo em distrações fúteis e não produtivas. Nessa perspectiva, cabe à linguagem ser a ferramenta para obter comportamentos mais desejáveis a ordem vigente. As instituições modernas foram responsáveis pela proliferação dos discursos sobre a sexualidade. Nesse ínterim, o poder se exerce justamente na sua não unidade, sendo a dispersão o que lhe garante a positividade. Dessa forma, os sujeitos são controlados por uma variedade de saberes produzidos e reproduzidos pela imprensa, igreja, polícia, escola dentre outros lugares da nossa sociedade.

Portanto, nos parece prudente pensar que, ao invés de repressão, estaríamos vivendo uma proliferação maciça e dispersa dos discursos sobre sexo. O poder distribuiu, controlou e organizou os lugares e as formas da utilização do discurso acerca da sexualidade, mas não relegou o sexo à escuridão, à invisibilidade, nem o baniu das coisas ditas do nosso tempo. Para Foucault,

[o] essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez mais do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo (FOUCAULT, 2010, p. 29).

Então, ao falarmos das sociedades ocidentais, devemos entender a eficácia do projeto moderno de controle a partir da dispersão dos saberes. Isso significa dizer que as verdades que circulam sobre a sexualidade nos últimos séculos não nos revelam sua origem, mas produzem práticas efetivas justamente pelo deslocamento constante dos discursos através da aparelhagem montada pelas mesmas sociedades. Ao fazer um contraponto com o período medieval em relação à nossa confissão acerca dos nossos desejos e sonhos voluptuosos, Foucault sugere que com o passar do tempo acabamos por deslocar a antiga prática da confissão. A esse respeito, o autor diz que

[a] Idade Média tinha organizado sobre o tema da carne e da prática da confissão, um discurso unitário. No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersa, reduzida a uma

explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política. E mais: o sólido vínculo que vinculava a teologia moral da concupiscência à obrigação da confissão (o discurso teórico sobre o sexo e sua formulação na primeira pessoa), foi rompido ou, pelo menos distendido e diversificado (FOUCAULT, 2010, p. 40).

Contudo, o autor também nos adverte que não se trata apenas de uma proliferação de discursos em dimensão quantitativa, mas sim aquilo que esses discursos foram capazes de produzir como o modelo da monogamia heterossexual e as sexualidades periféricas. Com o tempo a igreja cedeu espaço à medicina, que por sua vez inventou toda uma tecnologia linguística e conceitual para controlar, classificar e gerir uma sexualidade saudável e útil.

Diante da normatização das relações afetivo-sexuais entre um homem e uma mulher, outras manifestações foram jogadas às margens da sociedade. Em períodos históricos anteriores se questionavam e se puniam as práticas homoeróticas, agora o homossexual se converte em personagem, objeto de pesquisas e sanções como um traidor dos sentimentos e desejos legítimos: “[o] sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 2010, p. 51).

No entanto, a mesma sociedade que valoriza comportamentos e patologiza outros, também incita a existência dos desejos marginais. A homossexualidade aparece nos últimos séculos não como uma manifestação à beira de extinção, mas necessária para as relações de poder, imerso a um jogo de poder(es) e saber(es). As escolas, os seminários, os quartéis não funcionaram como espaços de aniquilamento do desejo perverso, mas como locais que falam na sua arquitetura e funcionamento sobre o sexo, as relações, não conjugal e não heterossexual.

Em resumo, não se trata de negar que a homossexualidade foi e é passível de violências devido aos saberes negativos e de desumanização construídos pelos discursos das mais diversas instituições, mas de afirmar que em nada a modernidade reprimiu o sexo (nem o perverso), ao contrário ela regulou, incitou, organizou e classificou as práticas, tudo isso através de um intenso e complexo jogo de prazer(es) e poder(es), que certamente cria modelos privilegiados e modelos marginais. Na modernidade,

[a] implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades

periféricas que as relações de poder com o sexo se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. Proliferação das sexualidades por extensão do poder; majoração do poder ao qual cada uma dessas sexualidades dá um campo de intervenção: essa conexão, sobretudo a partir do século XIX, é garante e relançada inumeráveis lucros econômicos que por intermédio da medicina, da psiquiatria, da prostituição e da pornografia, vincularam-se ao mesmo tempo a essa concentração analítica do prazer e a essa majoração do poder que o controla. Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e incitação (FOUCAULT, 2010, p. 56).

Há um frutífero diálogo entre as ideias de Foucault e os escritos de Anthony Giddens, pois embora o último reconheça a importância da obra do primeiro, eles divergem em alguns pontos que merecem destaque aqui. Giddens não só critica a demasiada atenção de Foucault no discurso, como acredita que o francês negligenciou uma cultura e literatura romântica que influenciou diretamente na intimidade dos casais. Ele alerta que ao contrário dos escritos médicos redigidos por homens utilizados por Foucault, os romances foram à primeira forma de literatura a alcançar uma população de massa (GIDDENS, 1992, p. 36). Além disso, Giddens afirma que com a proliferação dos métodos contraceptivos por conta da preocupação com as taxas de natalidade, houve mudanças significativas no tocante ao sexo por prazer e ao sexo ligados às expectativas de reprodução. Certamente, Giddens dá uma atenção específica maior a sexualidade das mulheres e em relação às mudanças no terreno do prazer e reprodução. Neste sentido, o autor nos diz que

[a] criação da *sexualidade plástica* agravada por sua antiquíssima integração com a reprodução, os laços de parentesco e a procriação, foi à condição prévia da revolução sexual das últimas décadas. Para a maior parte das mulheres, na maior parte das culturas, e através da maior parte dos períodos da história, o prazer sexual, quando possível, estava intrinsecamente ligado ao medo de gestações repetidas, e, por isso, da morte, dada a substancial proporção de mulheres que morriam no parto e aos índices muito altos então prevaletentes de mortalidade de bebês. Romper com essas conexões foi, portanto, um fenômeno com implicações radicais. Pode-se dizer que a AIDS reintroduziu a conexão da sexualidade com a morte, mas esta não é uma reversão à antiga situação, pois a AIDS não faz distinção entre os sexos (GIDDENS, 1992, p. 38).

Sendo assim, Giddens se debruça em outros aspectos não trabalhados por Foucault em relação à sexualidade. A cultura do amor romântico, para Giddens, tem forte impacto nas formas que a modernidade geriu a sexualidade humana. Contudo, toda pesquisa científica se pauta por escolhas e exclusão de fontes, de temas, de problemáticas e nos parece prudente pensar que o foco da obra *História da sexualidade* tenha direta ligação com a história pessoal de Foucault e de sua relação com o pai que era médico.

Todavia, em síntese, podemos afirmar que a modernidade fez da sexualidade um campo específico do saber. O sexo se tornou um meio representativo do projeto moderno da sociedade ocidental. A ciência, obstinada a tudo saber, transformou as relações sexuais em objetos de pesquisa, fazendo os sujeitos falar constantemente sobre si. Em meio a isso, a homossexualidade se torna ilegítima, imoral e não saudável. Isso ocorre menos por uma intenção de eliminar os desejos desviantes e mais como o estabelecimento do parâmetro da normalidade e da normatividade personificado no modelo heterossexual de sexualidade.

3.1.2. Da(s) homossexualidade(s) no Brasil

É bem verdade que os escritos de Foucault e Guiddens têm por pano de fundo a Europa ocidental em suas análises. O que não significa dizer, que o debate acerca da sexualidade proposto por ambos os autores não encontre ecos nas formas em que os discursos da sexualidade funcionaram no Brasil.

Em 1985, Peter Fry e Edward MacRae em *O que é homossexualidade* propõem retirar o debate da homossexualidade do campo da psicologia e da medicina para inseri-lo no campo da cultura e da política. Nessa perspectiva, os autores afirmam se tratar de “homossexualidades” já que seus significados variam de estado para estado, de temporalidade para temporalidade.

Durante a história da homossexualidade no Brasil, a posição do sujeito no ato sexual definia, muitas vezes, o pertencimento ou não do sujeito à identidade homossexual. Nesse sentido, tomando, por exemplo, o caso das tribos Guaiiqui (do Paraguai), um estudo de Clastres indica que havia casos em que um homem que se relacionava sexualmente – e de forma ativa – com

outro homem não estava a ferir sua masculinidade (e heterossexualidade) aos olhares dos demais homens pertencentes à tribo. No entanto, se a relação sexual ativa podia oferecer poucos riscos à imagem do sujeito, o mesmo não se pode dizer do outro lado da moeda. Caso o homem de gostos pelo sexo passivo exercesse o ato libidinoso, acabava por ser mal visto pelos demais membros do grupo. Essa situação poderia ser remediada caso este homem assumisse socialmente o papel da mulher na economia daquele lugar. Então, nas palavras de Fry e MacRae,

[d]e qualquer forma, é mais ou menos claro que, como entre os Guaiáqui, os papéis de homem e mulher eram radicalmente separados e as pessoas que, por uma razão ou outra, não podiam ou não queriam se conformar com os atributos sociais e sexuais associados ao seu sexo biológico, tinham a opção de assumir os atributos do sexo oposto (FRY; MACRAE, 1985, p. 38).

Podemos dizer então que, entre os guaiáquis, os indivíduos não operavam dentro de um modelo heterossexual e homossexual. Nessa cultura, o sujeito deveria alinhar a preferência sexual com a divisão social dos gêneros naquela comunidade. Sendo assim possível uma transgressão sob determinadas regras. Uma relação dessa cultura com a do Brasil está, justamente, na força dos papéis de gênero esperados para os homens e as mulheres.

Para elucidar melhor a organização dos papéis sexuais no Brasil, os autores problematizam as figuras do Michê e da Travesti. Ambos os sujeitos são biologicamente homens, mas assumem significados sociais distintos. Na teoria, ao menos, um homem que tem relações amorosas com um michê é provável ser percebido publicamente como homossexual, marica, bicha ou veado. Enquanto aquele que é flagrado com uma travesti, pode ser enquadrado como macho e comedor. Entretanto, certamente na prática nada nos afirma que o michê não fora o passivo e a travesti não fora a ativa, mas é importante frisar a importância que os brasileiros e brasileiras davam (e ainda dão) as aparências, as opiniões públicas. Cabe ressaltar aqui, que no Brasil popular os papéis sexuais não escapam as relações de poder que significam a atividade sexual como superior em relação à atividade passiva. Nesse sentido, o masculino mantém uma relação de dominação sobre o feminino.

Durante a época do Brasil Império, a cultura do Brasil tradicional passava a dividir espaço com os saberes da medicina acerca da sexualidade

dos países europeus. Mary Del Priore, ao comentar os escritos do professor de criminologia José Viveiro de Castro em 1894, nos lembra dos últimos bailes do período imperial, nos quais era comum a presença dos “frescos” que também estavam presentes nos bailes de carnaval do teatro São Pedro. Segundo Del Priori, Viveiro e outros intelectuais e médicos desse tempo retratavam os sodomitas modernos como homens efeminados que praticavam sexo anal como elementos passivos e ganhavam a vida com a prostituição nas ruas (DEL PRIORE, 2011, p. 94).

Diante disso, notamos novamente a presença das características femininas no sujeito biologicamente macho como motivo de depreciação desse indivíduo. Além disso, ao falar do sexo anal, a autora especifica a feitura de atos sexuais “como elemento passivo”. Prestemos atenção aqui que o sexo anal não é um problema em si, e sim a posição passiva de um ser marcado corporalmente como masculino.

A primeira metade do século XX no Brasil foi marcada pela atuação de médicos, criminologistas e juristas que buscavam promover uma sociedade mais saudável. Nessa perspectiva, no ano de 1932, 195 homossexuais foram detidos pela polícia carioca e entregues aos estudos antropométricos do médico Leonídio Ribeiro, o qual tinha por objetivos curar as doenças da homossexualidade que começavam a aparecer com mais frequência nas ruas das grandes cidades do país. Para Green,

[i]nsatisfeito em meramente copiar as teorias europeias, Leonídio Ribeiro também procurou verificá-las conduzindo pesquisas em objeto de estudos brasileiros. As exigências políticas e administrativas do novo regime encabeçado por Getúlio Vargas facilitaram seu estudo do comportamento “desviante” nos moldes propostos por Lombroso e Marañón. Isso se deveu, em parte, à reorganização da polícia federal na capital do país, um elemento da estratégia global de Vargas para modernizar e centralizar o poder do governo, bem como controlar revoltas trabalhistas e agitações na classe média (GREEN, 1999, p. 201).

Esses e outros estudos realizados no Brasil comprovam a difusão dos saberes construídos pelo discurso médico em curso na Europa. E, assim como no velho continente, a homossexualidade passou de ato pecaminoso para se tornar agente causador de distúrbios físicos e mentais no Brasil. Contudo, cabe lembrar, que a dimensão enferma dos homossexuais não os protegeram das investidas violentas do Estado e da sociedade. Se de um lado ocorriam conflitos entre as bichas e os machos nas praias do Rio de Janeiro, numa

espécie de marcação de território; de outro a violência institucional da polícia foi uma constante, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960. Green nos lembra de Raimundo Padilha, delegado de polícia, “que liderou uma campanha para ‘limpar’ o centro da cidade, a qual incluía prender homossexuais” (GREEN, 1999, p. 266).

A primeira metade do século XX foi marcada, então, por uma maior difusão dos discursos médicos acerca da sexualidade humana no país. Contudo e, talvez, por conta disso, um número cada vez maior de homossexuais buscavam as grandes cidades, passando a desenvolver, assim, uma certa subcultura homossexual. Para Green, esses sujeitos

[a]lvo de desprezo pelos profissionais da saúde e pela sociedade de forma geral, ainda assim demonstravam uma resistência surpreendente ao manter múltiplas formas de se socializarem, enquanto desafiavam o comportamento normativo da sociedade brasileira (GREEN, 1999, p. 106).

Se Green admirava a capacidade de resistência nas estratégias de sociabilidade dos e das homossexuais, a segunda metade do século XX iria imprimir uma resistência mais organizada na medida em que surgem movimentos sociais incumbidos de lutar pelos direitos daqueles que não se enquadravam no modelo de sexualidade heterossexual.

O início da luta organizada no Brasil se deu em período de Ditadura Militar. Contudo, os governantes e as medidas dos ‘anos de chumbo’ não foram os únicos empecilhos para o desenvolvimento de grupos militantes homossexuais. A esquerda do período, que via na luta de classes o grande objetivo do seu espectro político, considerava a luta das “minorias” algo de menos validade, na qual as reivindicações de mulheres, negros e homossexuais eram todas jogadas num mesmo pacote superficialmente conduzido pelas ideologias partidárias. Para Trevisan,

[u]m pouco às tontas, a esquerda ortodoxa enfiava tudo isso dentro do rótulo vago e finalmente depreciativo de “luta das minorias”. Na verdade, tudo isso apresentavam-lhe problemas inéditos e não cabiam mais em suas palavras de ordem, que valiam como dogmas. Se, para essa esquerda, a sexualidade e o racismo eram temas incomodamente discutidos fora dos parâmetros da luta de classes (ou “luta maior”, em sua gíria), o aborto podia criar desagradáveis atritos com a Igreja Católica progressiva, sua aliada (TREVISAN, 2007, p. 338).

No final da década de 1970, alguns intelectuais, jornalistas e artistas criaram o jornal “Lampião de Esquina”, que tinha por objetivo relatar a

experiência homossexual nas suas mais diversas dimensões, promovendo a visibilidade e imprimindo certo caráter de unidade aos sujeitos que se relacionavam afetivo-sexualmente com pessoas do mesmo sexo. Em meio a isso, começou a se desenvolver um grupo de discussões e afirmação da vida homossexual que viria ser batizado de “SOMOS”.

Após essas primeiras articulações de organização, os anos que se seguiram foram de formação de outros grupos homossexuais espalhados pelo Brasil. O discurso homofóbico, imerso nas instituições do estado, tentou criminalizar e enfermizar os sujeitos envolvidos nesses espaços de construção. Trevisan menciona o inquérito policial aberto contra os membros do “Lampião de Esquina”, bem como alguns casos de explosão de bombas em bancas de Jornal com recados anônimos pedindo o fim das vendas de jornais alternativos ligados à esquerda e de jornais considerados de atentado ao pudor, entre eles o “Lampião” (TREVISAN, 2007, p. 346).

Todavia, era notável um crescimento da cena gay, principalmente nas grandes cidades. Não se tratava apenas de grupos militantes que passaram a se organizar, mas toda uma aposta do próprio sistema capitalista, isto é, nas últimas décadas do século XX houve um aumento significativo de bares, saunas, boates e pornografia homossexual. As relações homoafetivas se em parte eram foco de desprezo social e preconceitos, por outro estimulavam prazeres e serviam como fontes de renda para proprietários de estabelecimentos, para as artes e para a indústria do sexo.

Diante de um mundo cada vez mais globalizado e com um maior volume de informação e circulação dos saberes, os anos 1980 e 1990 foram de forte impacto para a sexualidade humana. A epidemia da SIDA reativa toda uma ofensiva conservadora contra os homossexuais, a perversão é marcada no corpo e tinha como pena a morte. Estava aberta a temporada de caça as relações ilegítimas.

Como vimos anteriormente, o discurso sobre a homossexualidade construiu um sujeito doente e imoral. As relações homoafetivas eram por vezes tratadas nos consultórios médicos e psiquiátricos, e outras nas delegacias de polícia, quando não em ambas concomitantemente. O surto da SIDA, chamado de “câncer gay”, visibilizou relações sexuais que pareciam estar distantes do imaginário popular. Ninguém estava livre da doença. Famosos como Cazuza e

Renato Russo tiveram suas carreiras e vidas interrompidas por conta dessa enfermidade.

No campo da sexualidade, a SIDA uniu novamente a homossexualidade à biologia, é como se de fato fosse possível diagnosticar um invertido. Contudo, as informações não paravam de circular e muitos heterossexuais começaram a desenvolver a doença, sendo então necessário revisitar todas as formas de comportamentos libidinosos, inclusive os heterossexuais. O pensamento conservador utilizou desse momento para fortalecer o discurso heteronormativo e monogâmico. Para Del Priori,

[a] vida sexual parecia fortemente ameaçada pela doença. Uma placa de chumbo abatia-se sobre a frenética busca do prazer. Voltavam à cena a abstinência ou a monogamia sexual, o uso de preservativos, a cautela no uso de drogas, o fim do culto à magreza. Segundo *Veja* “a prática do sexo anal, as escapadas no mundo da prostituição feminina, a alegre roda-viva de parcerias sexuais podem estar entrando em declínio, mesmo que só temporariamente, na esteira dos primeiros sustos. Significativamente, as zonas de prostituição tanto feminina quanto masculina nas principais capitais do Ocidente registram uma sensível baixa de movimento” (DEL PRIORI, 2011, p. 216).

Dessa forma, podemos dizer que, no decorrer da história do Brasil, os discursos moldaram as relações afetivas e sexuais de forma a estabelecer a heterossexualidade como a única manifestação da sexualidade saudável e legítima. Contudo, as práticas homoafetivas resistiram aos discursos normativos e, nas últimas décadas, passaram a lutar pelos respectivos direitos civis. Atualmente, os mais diversos modelos de sexualidade coexistem com certa visibilidade, o que não significa dizer que há uma mudança cultural completa no tocante a sexualidade. No entanto, diante do espaço conquistado pelas sexualidades periféricas, às relações de poder se tornaram mais explícitas e as batalhas discursivas mais agudas.

3.2. Espaços de fala, espaços de confronto: Bolsonaro e Wyllys

O Congresso Nacional Brasileiro é o lugar institucionalizado para que as ideias dos representantes do povo sejam expostas, debatidas e conseqüentemente convertidas em projetos de leis a serem aprovados ou não pela casa legislativa. A diversidade de opiniões é o ponto de partida do funcionamento das atividades esperadas numa Câmara dos Deputados.

Contudo, essa pluralidade de manifestações obedece a um tempo histórico e, ao mesmo tempo, expressa as relações de forças existentes na sociedade.

Numa perspectiva legalista, todos os parlamentares e todas as parlamentares que ocupam as cadeiras do poder legislativo são, a princípio, legitimados/as a discursar porque foram eleitos/as pelo povo, de acordo com as regras da democracia representativa da República Federativa do Brasil. Nesse contexto, deputados e deputadas expõem seus pontos de vista de forma a persuadir os demais parlamentares e a população do país.

Desde 2011, ano em que Jair Bolsonaro e Jean Wyllys passaram a legislar concomitantemente, as posições de ambos os parlamentares, no que se refere à homossexualidade, se mostraram antagônicas e conflitantes. Cabe lembrar que, mesmo não sendo o foco da nossa pesquisa, os dois deputados se enfrentaram discursivamente também em outros espaços, sobretudo, nos meios de comunicação como a televisão e nas redes sociais.

As nossas fontes, os discursos em plenário, nos revelam alguns temas centrais nos quais os deputados mais se debruçaram para lançarem suas opiniões e organizarem seus argumentos. Essa constatação nos levou a criar uma tabela em que pudemos mostrar quais foram os subtemas mais abordados pelos parlamentares aqui analisados.

Somos cientes da impossibilidade de descrever e interpretar os saberes acerca da homossexualidade no Brasil contemporâneo através das falas de dois deputados. Sabemos também que as fontes apresentam lacunas que nos dificultam uma análise mais completa dos mais diversos aspectos que envolvem a identidade homossexual, bem como a complexidade da vivência e das práticas desses sujeitos. Portanto, optamos por realizar uma escolha temática, presente mais significativamente nos discursos, com o objetivo de pensarmos nas possíveis interpretações dos discursos proferidos e, posteriormente, refletirmos o que esses saberes nos informam sobre o tempo presente.

Para alcançar nosso objetivo e compreendermos as falas de Bolsonaro e Wyllys tomamos como inspiração o pensamento de Charaudeau no tocante ao *Ethos*. Por essa perspectiva, apresentaremos uma análise argumentativa que, por sua vez, lança luz ao contexto cultural e histórico do tempo pesquisado.

3.2.1. Jair Bolsonaro

Os discursos, as ideias, os saberes de um parlamentar pertencem ao tempo histórico, mas também dialogam com a experiência de vida e trajetória política desse sujeito. Se por um lado, somos o que falamos, de outro, falamos o que somos. Há entre a retórica política e o sujeito que o profere, uma complexa relação que tange as ideologias, as estratégias, os objetivos e a cultura vigente⁷.

Jair Bolsonaro é nascido na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, e está em sua sétima legislatura, até o momento. Nas últimas eleições, no ano de 2014, foi o Deputado Federal mais votado pelo Estado do Rio de Janeiro, obtendo cerca de 464.565⁸ votos. Ora, é prudente pensar que a expressiva reeleição de Bolsonaro nos informa tanto sobre a adesão popular ao seu discurso, quanto à legitimidade que sua retórica possui no Congresso Nacional.

O Deputado supracitado é também militar da reserva e esse fato certamente se reflete nas comissões da Câmara dos Deputados em que o parlamentar atua como, por exemplo, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). Ademais, é sabida nacionalmente a defesa que Bolsonaro faz ao regime militar após o golpe de 1964⁹. Se por um lado temos a convicção que toda generalização é, no mínimo, problemática e/ou mentirosa, de outro nos parece razoável pensar que, nesse caso, Bolsonaro corresponde a certo clichê em que a identidade masculina é fortemente forjada pelas forças armadas e, por consequência, os atributos associados à feminilidade ou a homossexualidade são desprezados, inferiorizados e ridicularizados.

No site oficial de Jair Bolsonaro¹⁰, em sua biografia, o parlamentar estabelece as claras sua posição e objetivos, enquanto Deputado, em relação à homossexualidade:

Nas últimas eleições, em 2014, Jair Bolsonaro obteve cerca 464.565 votos sendo reeleito pelo Rio de Janeiro, como o mais votado do Estado. Em seu atual mandato, se destaca na luta pela proibição do chamado “Kit Gay” (cartilhas destinadas às escolas do ensino

⁷ Cf.: <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num19/estudos/Palimpsesto19estudos05.pdf>

⁸ Cf.: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/05/bolsonaro-rj-e-eleito-deputado-federal-no-rj-com-o-maior-numero-de-votos.htm>

⁹ Ver sobre em: <https://www.youtube.com/watch?v=yRCU62qH9rE>

¹⁰ Informações em: <http://www.bolsonaro.com.br/>

fundamental) com forte viés de apologia ao homossexualismo e pela redução da maioridade penal. Em seu mandato anterior, se destacou na luta pela aprovação da PEC 300, a qual estabelece que a remuneração dos Policiais Militares dos estados não poderá ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal, aplicando-se também aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar e aos inativos, e contra uma possível volta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras) (Disponível em <http://www.bolsonaro.com.br/>).

Sendo assim, nota-se com clareza a coerência dos objetivos principais elencados com a trajetória de vida e de carreira política do Deputado nas Forças Armadas do Brasil. Da mesma forma, podemos dizer que no momento em que o parlamentar expõe sua luta ao que o mesmo chama de “Kit Gay” justifica o fato de seu próprio discurso estar sendo analisado nesse trabalho.

A tabela a seguir é organizada por ordem cronológica dos discursos proferidos em plenário. Nessa seleção, apresentaremos o que chamamos de “Temas Centrais” (TC) do discurso. Contudo, é preciso fazer algumas ressalvas acerca da forma com que colhemos as informações.

Primeiramente, nem todos os discursos elencados tratam somente da questão da homossexualidade, porém para fins dessa pesquisa, chamaremos de TC a informação referente ao objetivo principal da fala no que tange a homossexualidade. Exemplificando: no discurso proferido em 14/10/2014, Bolsonaro falou sobre a eleição de seu filho, Eduardo Bolsonaro, para Deputado Federal, pelo Estado de São Paulo e comentou acerca das propostas de Aécio Neves, então candidato à presidência da República, entre outros assuntos. Contudo, nossa pesquisa se foca nos saberes em torno da homossexualidade, por conta disso, nesse mesmo discurso mencionado, o nosso TC são as palavras dirigidas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs (como consta na tabela).

Uma segunda consideração necessária se refere às últimas três fontes selecionadas. Nesses documentos, a retórica de Bolsonaro se dirige a um conflito protagonizado junto à Deputada Maria do Rosário. Nesse caso, mesmo não havendo menção explícita a assuntos ligados a homossexualidade, a presença dessas fontes se justifica pelo contexto da análise que será aqui apresentada, visto a dificuldade de dissociação das posturas homofóbicas e machistas.

Tabela 1: Discursos de Jair Bolsonaro (2011 até 2014)

Data do Discurso	Tema Central
10/02/2011	Convocação do Ministro da Educação para explicar o “Kit Gay”
02/03/2011	Planejamento familiar (vasectomia e laqueadura)
17/03/2011	Controle demográfico
17/03/2011	Repúdio ao Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT
29/03/2011	Esclarecimentos sobre a resposta do deputado dada ao programa de televisão CQC, da Bandeirantes.
14/04/2011	Disponibilização na internet do chamado “Kit Gay 2”
28/04/2011	Repúdio ao posicionamento do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com relação ao homossexualismo
05/05/2011	Crítica à realização, pela Comissão de Educação e Cultura, de uma audiência pública para o debate acerca da distribuição de livros didáticos, destinados ao combate à homofobia.
17/05/2011	Crítica pela alocação de recursos para o movimento LGBT, pelo Deputado Chico de Alencar junto à Comissão de Direitos Humanos e Minorias
17/05/2011	Críticas à distribuição de livros didáticos nas escolas com a temática da diversidade sexual. Críticas a liberação de recursos para os movimentos LGBT. Pedido para que os filmes de orientação sexual destinado às escolas, sejam reproduzidas em plenário.
25/05/2011	Crítica a Fernando Haddad, sobre o suposto desconhecimento do mesmo em relação ao “Kit Gay”. Apresentação de proposta à constituição proibitiva da adoção de crianças por casais homossexuais.
26/05/2011	Parabenização à Dilma Rousseff pela suspensão da distribuição do chamado “Kit Gay” nas escolas públicas.
16/06/2011	Repúdio ao Projeto de Lei nº 122, de 2006, que criminaliza a homofobia. Vigência de dispositivos da proposta de implementação do chamado “Kit Gay”.
16/06/2011	Crítica às decisões do Supremo Tribunal Federal a favor da união estável entre pessoas do mesmo sexo.
07/07/2011	Protesto contra a utilização de recursos públicos na realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos LGBT.
06/09/2011	Repúdio a proposta de distribuição de livros didáticos sobre a diversidade sexual destinado ao público infanto-juvenil.
04/10/2011	Discussão do Projeto de Lei 4.529, de 2004 (Estatuto da Juventude).
05/10/2011	Projeto de Lei acerca do Estatuto da Juventude.
31/10/2011	Contrariedade à criação de cota para professor e estagiário em escolas de ensino fundamental.
24/11/2011	Protesto contra a retomada, pelo Ministério da Educação, do debate sobre a distribuição do chamado “Kit Gay” ao alunato das escolas

	públicas.
24/11/2011	Protesto contra a elaboração pelo Ministério da Educação de material didático com orientação homossexual destinado a alunos de escolas públicas.
08/03/2012	Perplexidade ante o acatamento, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, do pedido da Liga Brasileira de Lésbicas para a retirada de crucifixos e demais símbolos religiosos apostos nas repartições da Justiça gaúcha.
25/04/2012	Importância do planejamento familiar.
14/06/2012	Repúdio aos temas trabalhados no 9º Seminário Nacional LGBT.
16/07/2012	Repúdio a anunciada distribuição às escolas dos livros “Menino brinca de bonecas?” e “Porta Aberta”.
16/07/2012	Apelo à Dilma Rousseff de determinação da retirada de livros didáticos com conteúdo homoafetivo.
09/10/2012	Contrariedade de Haddad para Prefeito Municipal de São Paulo.
16/10/2012	Alerta aos pais sobre a implantação do chamado “Kit Gay” nas escolas paulistanas.
16/10/2012	Inconveniência de Haddad para a Prefeitura de São Paulo, tendo em vista seu posicionamento favorável a causa homossexual.
17/10/2012	Críticas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT.
17/10/2012	Inconveniência de Haddad para Prefeito de São Paulo por conta de sua posição favorável aos homossexuais.
21/11/2012	Planejamento familiar
28/02/2013	Conveniência de afastamento da Ministra-Chefe da Secretária de Políticas para as mulheres, por conta de sua opção sexual.
14/03/2013	Regozijo com a eleição do novo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Críticas à atuação parlamentar de Domingos Dutra.
27/03/2017	Apoio à Marco Feliciano. Críticas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Protesto contra a distribuição de livros didáticos com a temática da diversidade sexual para o público infanto-juvenil.
04/04/2013	Saudação ao Pastor Marco Feliciano. Requerimento de esclarecimentos da Maria do Rosário acerca do Plano Nacional da Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs.
30/04/2013	Pedido de resposta às declarações da cantora Preta Gil a respeito do orador.
15/08/2013	Repúdio ao PT em sua iniciativa de criação de cotas para professor homossexual no ensino fundamental das escolas públicas.
22/08/2013	Repúdio à existência, em material didático de escolas de ensino fundamental, de conteúdo supostamente favorável a políticos integrantes da Esquerda.

17/10/2013	Parecer do orador favorável ao projeto de lei sobre a não aplicação do crime de discriminação pela recusa de igrejas de celebração de casamento homoafetivo.
22/05/2014	Crítica ao livro “Menina brinca de boneca?”.
15/07/2014	Expectativa de arquivamento pelo STF de ação contra o orador por suposta manifestação racista.
03/09/2014	Indignação com o conteúdo de apologia à esquerda e ao homossexualismo nos livros didáticos.
14/10/2014	Contrariedade ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs.
10/12/2014	Esclarecimento do atrito entre o orador e a Deputada Maria do Rosário.
10/12/2014	Desentendimentos entre o orador e a Deputada Maria do Rosário.
11/12/2014	Esclarecimentos acerca do atrito entre o orador e a Deputada Maria do Rosário.

A tabela acima apresenta, claramente, a expressiva preocupação de Bolsonaro no que se refere à sexualidade humana. Embora o parlamentar tenha se posicionado acerca de assuntos como a legalização da união homoafetiva pelo Poder Judiciário e as problemáticas do crescimento demográfico, é a educação o foco de atuação do Deputado. Por que a distribuição de materiais contendo a temática da diversidade sexual se configura em algo perigoso para as nossas crianças e jovens? O que, de fato, Jair Bolsonaro quer alertar a população brasileira?

3.2.1.1. A imagem de si

Para haver credibilidade naquilo que pronuncia, quaisquer deputados necessitam de certa legitimidade de fala, ainda que essa legitimidade possa não advir, necessariamente, da experiência sobre aquilo que diz. O primeiro ponto a se pensar acerca do discurso é: quem está falando? Como o parlamentar cria sua própria imagem perante a sociedade? De que forma Bolsonaro se apresenta, segundo suas falas em plenário?

Para pensar acerca desses questionamentos, selecionamos alguns enunciados que contribuíram para a reflexão acerca das formas como Bolsonaro se projeta perante a sociedade.

Tabela 2: A imagem de si – Bolsonaro

Data	Tema Central	Enunciado
28/04/2011	Repúdio ao posicionamento de José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, com relação ao “homossexualismo”	“E digo mais: se ser contra isso é ser homofóbico, com muito prazer e com muito honra, vou continuar sendo homofóbico, porque essa proposta toda é para escola pública, é para o filho do pobre, que, enquanto o pai e mae vão trabalhar, fica na escola aprendendo a ser homossexual, como ter um homossexual na família fosse motivo de orgulho. Eu digo que teria vergonha se tivesse um filho homossexual”.
25/05/2011	Crítica a Fernando Haddad, sobre o suposto desconhecimento do mesmo em relação ao “Kit Gay”. Apresentação de proposta à constituição proibitiva da adoção de crianças por casais homossexuais.	“Para concluir quero dizer ainda duas coisas: primeiro, que estamos recolhendo assinaturas para uma PEC que definirá o que é casamento, logicamente entre um homem e uma mulher.”
26/05/2011	Parabenização à Dilma Rousseff pela suspensão da distribuição do chamado “Kit Gay” nas escolas públicas.	“Sr. Presidente, quero cumprimentar, em parte, a Presidente da República, em que pese nossa distância ideológica, especialmente por causa de um passado próximo, por ter lançado na lata do lixo o que chamamos de Kit Gay. Lá é realmente o lugar desse material.”

Os três discursos analisados pertencem ao ano de 2011. É preciso, então, situar nosso leitor e nossa leitora para o contexto político e social que atravessou o nosso país naquele momento. Primeiramente, o Plano Nacional de Cidadania e de Direitos Humanos de LGBTs foi um conjunto de diretrizes pensadas para o combate à homofobia. As estratégias de enfrentamento à homofobia vinham sendo pensada desde 2004, quando, naquela oportunidade, o governo federal lançou o programa “Escola sem Homofobia”¹¹.

¹¹ Ler mais em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>

Não seria difícil supor a necessidade de tais medidas com o objetivo de proteger uma parcela da população que historicamente sofre violências físicas, verbais e simbólicas. O Grupo Gay da Bahia, que lança um relatório anual de assassinatos motivados pela intolerância sexual, divulgou que em 2011 foram 266 casos no Brasil. Logo esses números poderiam justificar a necessidade de se pensar em políticas públicas que visem a educação social do povo brasileiro, objetivando uma mudança de cultura na qual o respeito às diferenças fosse a regra.

As relações de forças entre os posicionamentos contra e pós-LGBTs ficaram mais em evidência nos últimos anos. Enquanto parte do governo federal buscava pensar nas formas de enfrentar o preconceito por orientação sexual, outra parte expressava toda a homofobia cultural e ainda vigente no país. Por outro ângulo, enquanto o legislativo pressionava o executivo para retirar as políticas públicas educacionais LGBTs de pauta, o judiciário, em decisão histórica, reconheceu¹² a união homoafetiva como entidade familiar no dia 05 de Maio de 2011. Logo, tal decisão abriu um leque de perspectiva para a comunidade gay, bem como serviu de ânimo para a continuidade da luta por uma lei que criminalize a homofobia e outra que legalize o casamento civil gay. Diante desse desenho social, Bolsonaro se apresenta como uma liderança preocupada com a família tradicional brasileira. Bolsonaro deixa claro que ser taxado de homofóbico não lhe é uma preocupação. Essa situação não é exclusiva desse parlamentar e muito menos algo que se restringe ao Congresso Nacional, pois assim como este Deputado afirma¹³ que teria vergonha de um filho gay, outros pais repetem tais palavras e posicionamentos Brasil afora.

A sua imagem ligada à família de bem não fica apenas do discurso. Como nos mostra o fragmento do discurso do dia 26/05/2011, Bolsonaro se movimentou no Congresso para o recolhimento de assinaturas para uma PEC que pretendia definir o conceito de família limitando-a apenas numa união entre um homem e uma mulher. Ora, se é justamente esse modelo de casamento que configura as famílias há dezenas de séculos, certamente o objetivo do

¹² Informações em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>

¹³ Ler mais em: <http://www.acordacidade.com.br/noticias/75335/bolsonaro-discute-com-lkret-ao-vivo-em-ro-e-diz-que-ter-um-filho-gay-otivo-de-vergonha.html>

parlamentar não encontraria grandes oposições seja na casa legislativa, seja na sociedade brasileira.

Contudo, todo homem obstinado, ou melhor, todo homem político obstinado em buscar o melhor para a pátria em que vive, deve passar por sacrifícios e demonstrar atitudes honrosas. É assim que Bolsonaro cria a própria imagem.

No caso do discurso proferido em 26/05/2011, o parlamentar uniu as duas necessidades em um único momento: quando parabeniza sua adversária política, desde tempos de Ditadura Militar, por esta ter vetado a distribuição de materiais sobre a diversidade sexual para as escolas públicas.

3.2.1.2. A persuasão do discurso

Jair Bolsonaro em suas estratégias de convencimento utiliza em demasia a desqualificação do adversário e a instauração do medo na medida em que usa de um senso comum, baseado em discursos preconceituosos, para obter a adesão que deseja e precisa.

Tabela 3: A persuasão do discurso – Bolsonaro

Data	Tema Central	Enunciado
14/06/2012	Repúdio aos temas trabalhados no 9º Seminário Nacional LGBT.	“Não podemos aceitar o falso discurso de combater a homofobia que, na verdade, cada vez mais, estimula os nossos meninos e meninas a partir de 6 anos de idade a serem homossexuais”
16/10/2012	Inconveniência de Haddad para a Prefeitura de São Paulo, tendo em vista seu posicionamento favorável a causa homossexual.	“Povo paulistano, pelo amor de Deus, se você quer que seu filho aprenda a ser homossexual na escola, vote na Haddad. E eu estou me dirigindo aqui a católicos, evangélicos e até mesmo a ateus, porque ninguém quer que seu filho seja estimulado a ser gay ou sua filha a ser lésbica”
17/10/2012	Inconveniência de Haddad para Prefeito de São Paulo por conta de sua posição	“Sr. Presidente, o Haddad tem uma política de estímulo a pedofilia, e isso está

	favorável aos homossexuais.	publicado no Diário Oficial da União de 12 de Abril de 2010.”
--	-----------------------------	---

Um dos aspectos mais utilizados no discurso político é, sem dúvida nenhuma, desqualificar o adversário. Percebam que Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT) se mostrou favorável aos direitos LGBTs, logo em sua candidatura à prefeitura da maior cidade do país, ele foi atacado por Bolsonaro por conta de suas posições em relação à homossexualidade.

A desqualificação de Haddad enquanto personagem político de ideias convergentes nos interessa menos do que a desqualificação do nosso objeto de estudo, através do medo e da relação com o crime. Em outras palavras, Bolsonaro utiliza de estratégias que visam aterrorizar a população de forma a afastar a mesma do debate, do conhecimento acerca das diferenças, em prol da alimentação de uma aversão pela homossexualidade.

Jair Bolsonaro encara os seminários de temática LGBT como desnecessários, perigosos e expressões máximas de desperdício de dinheiro público. O parlamentar se mostra perplexo com a ousadia das lideranças LGBTs em pensar materiais didáticos destinados ao público infanto-juvenil. Essa perplexidade é ponto de partida argumentativo de Bolsonaro para persuadir os demais parlamentares e a sociedade a não aderir às propostas elaboradas para o enfretamento ao preconceito nas escolas.

Essa questão se torna mais explícita quando Bolsonaro diz que Haddad tem uma política de estímulo à pedofilia. A publicação mencionada pela parlamentar referente ao Diário Oficial da União¹⁴ do dia 12 de Abril de 2010, diz respeito ao trabalho em conjunto entre o Secretário de Alfabetização e os Movimentos LGBTs, ou seja, Bolsonaro frisa bem que os esforços contra a homofobia são para o ensino fundamental.

Nessa perspectiva, o Deputado Jair Bolsonaro associa a homossexualidade com o crime da prática sexual com crianças e adolescentes. Essa estratégia balança o senso comum e provoca o medo da sociedade, bem como estimula a antipatia a quaisquer medidas de educação de gênero e sexualidade junto às escolas de ensino fundamental.

¹⁴Disponível em: <http://portal.imprensa nacional.gov.br/>

Dessa forma, é possível dizer que Bolsonaro realiza um processo de convencimento social pautado na fomentação do medo em relação aos sujeitos homossexuais. Para isso, o deputado associa as relações homoafetivas àquelas praticadas entre adultos e crianças. Esse tipo de discurso é responsável pelo acirramento das posições homofóbicas na medida em que suscita outras tantas imagens criadas para a comunidade homossexual ao longo da história como, por exemplo, a de anormalidade e promiscuidade.

3.2.1.3. Os valores adotados

O processo de formação do discurso político se faz com a construção política da própria imagem, as estratégias discursivas de persuasão, mas também com a clareza dos valores, crenças e bases culturais que possui e compartilha. Bolsonaro se posiciona sempre como um homem respeitador da família brasileira e através desse ideal, ele vai de encontro às tentativas de reformulação dos conceitos de família.

Tabela 4: Os valores adotados – Bolsonaro

Data	Tema Central	Enunciado
14/03/2013	Regozijo com a eleição do novo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Críticas à atuação parlamentar de Domingos Dutra.	“Para concluir, esta comissão, caso estivesse fechada, seria muito melhor para a família, para os bons costumes e para o cristianismo, do que se estivesse ela funcionando sob a presidência do Deputado Domingos Dutra, que aprova tudo que é de mau contra a família, os bons costumes e o cristianismo.”
27/03/2013	Apoio à Marco Feliciano. Críticas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Protesto contra a distribuição de livros didáticos com a temática da diversidade sexual para o público infanto-juvenil.	“Povo brasileiro, evangélico, católico, espírita, etc, ateus, vocês sabem o que é isso? Isso é um estímulo à pedofilia. Vou falar por quê. Esse lixo que foi adotado como Cartilha de Direitos Humanos, do Deputado Domingos Dutra e dos que o antecedeu!”
15/08/2013	Repúdio ao PT em sua	“Qual a intenção do PT ao

	<p>iniciativa de criação de cotas para professor homossexual no ensino fundamental das escolas públicas.</p>	<p>lançar um programa desses? Já está lá no Plano Nacional de Cidadania LGBT: o objetivo é a desconstrução da heteronormatividade. Qual a intenção? Desgraçar com o tecido social, esculhambar com os valores da família, porque uma família destruída é mais fácil de ser cooptada para o PT. Só posso crer que seja isso!”</p>
--	--	--

No ano de 2013, Domingues Dutra do PT renuncia à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados por não concordar com a medida de que as reuniões dessa comissão não poderiam mais ocorrer com a presença dos movimentos sociais organizados. Diante desse impasse, o pastor Marco Feliciano do PSC foi eleito o novo presidente da Comissão. Contudo, pelo fato deste ser acusado¹⁵ de ser racista e homofóbico por conta de algumas de suas declarações públicas, seu trabalho foi conturbado e polêmico.

Sob a presidência de Feliciano se instaurou na Câmara dos Deputados, na grande imprensa e na sociedade em geral, a grande polêmica do projeto conhecido como a “Cura Gay”. Na verdade, se tratava de uma discussão que visava a derrubada ou não de uma resolução¹⁶ do Conselho Federal de Psicologia que proibia os profissionais de oferecerem terapias de alteração da orientação sexual.

Diante dessas questões, Jair Bolsonaro externou a escolha de Feliciano como presidente da CDHM. Nessa oportunidade discursou sobre aquilo que acredita serem os valores sociais em que busca na sua legislatura. Para ele, a sociedade deve se organizar de acordo com a tradição judaico-cristã que entende a família formada por um homem e uma mulher. Os valores do cristianismo são evocados para legitimar a opinião e a prática política de Bolsonaro. É sabida a histórica exclusão e perseguição da homossexualidade dentro da cultura judaico-cristã. Assim, jogando com o traço cultural cristão vivo

¹⁵ Cf.: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/acusado-de-homofobia-e-racismo-feliciano-semeia-polemicas-no-congresso,2f8de89a54bdd310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>

¹⁶ Cf.: <http://site.cfp.org.br/resolucao-199-respeita-a-lei-a-dignidade-e-a-liberdade-profissional-conclui-trf2/>

nas nossas sociedades contemporâneas, Bolsonaro entende que o bom costume e o comportamento saudável e legítimo em nosso país deve ter como premissa a escolha de alguém de outro sexo.

3.2.2. Jean Wyllys

Nascido em Alagoinhas, no interior da Bahia, Jean Wyllys teve uma vida humilde em sua infância. Desde jovem se mostrava interessado em participar de movimentos sociais, integrando, por exemplo, as pastorais da juventude estudantil e da Juventude do Meio Popular.

Jean é formado em jornalismo e pós-graduado em Linguística, ambos pela Universidade Federal da Bahia. Além disso, atua como escritor, colunista e também apresentador no Canal Brasil. Wyllys tornou-se deputado pela primeira vez em 2011, pelo PSOL (Partido Solidariedade e Liberdade), com o objetivo de lutar pelos direitos LGBTs e contra o fundamentalismo religioso. Em sua página oficial consta que:

Jean Wyllys tem uma história de envolvimento com trabalhos em favor da justiça social, de uma educação para a cidadania e para a valorização da vida, e em favor das liberdades civis, que remonta à sua adolescência, quando pertencia às pastorais da Juventude Estudantil e da Juventude do Meio Popular, e atuava nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Parceiro dos movimentos LGBT, negro e de mulheres, Jean Wyllys participa de ações que combatem a homofobia, a intolerância e o fundamentalismo religiosos, a discriminação contra o povo de santo, o trabalho escravo, a exploração sexual de crianças e adolescentes, e as violências contra a mulher (Disponível em <http://jeanwyllys.com.br/wp/>).

O parlamentar supracitado ficou amplamente conhecido no país após sua participação no Big Brother Brasil, da Rede Globo, no qual se consagrou campeão da edição de 2005. É prudente pensar que sua aparição na televisão brasileira foi fundamental para sua eleição enquanto deputado. Contudo, por conta de sua caminhada no Congresso Nacional, Jean ganhou diversos prêmios de reconhecimento como, por exemplo, o Prêmio Congresso em Foco¹⁷, em 2012, recebendo o título de melhor deputado.

¹⁷ Saiba mais em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/e-o-melhor-deputado-em-2012-e-jean-wyllys/>

Dessa forma, por ser o parlamentar mais atuante no tocante aos direitos LGBTs no Congresso Nacional Brasileiro, seus discursos em plenário são fundamentais para pensarmos acerca dos saberes que circulam na política nacional no que se refere à temática da homossexualidade.

A seguir apresentaremos a tabela dos discursos acerca da homossexualidade de Jean Wyllys, proferidos em plenário, entre os anos 2011 e 2014. Assim como ocorreu nas fontes de Bolsonaro, no discurso de Wyllys do dia 09/12/2014 não há menção direta à homossexualidade, mas sua consideração nessa pesquisa se faz necessária pelo contexto nos mesmos termos explicados anteriormente na medida em que machismo e homofobia mantêm uma relação conceitual bastante forte em tempos modernos.

Tabela 5: Discursos de Jean Wyllys (2011 até 2014)

Data	Deputado	Tema Central
24/02/2011	Jean Wyllys	Repúdio as injúrias, piadas e violências contra os homossexuais.
04/10/2011	Jean Wyllys	Posicionamento do Psol contrário ao adiamento da votação do Projeto de Lei 4.529 de 2004 (Estatuto da Juventude).
17/05/2011	Jean Wyllys	Transcurso do Dia Nacional de Combate à Homofobia.
08/03/2012	Jean Wyllys	Transcurso do Dia Internacional da Mulher.
10/03/2013	Jean Wyllys	Repúdio à eleição de Marco Feliciano para Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.
26/03/2013	Jean Wyllys	Posicionamento contra Marco Feliciano.
27/03/2013	Jean Wyllys	Repúdio as Calúnias tecidas pelo Deputado Marco Feliciano.
02/04/2013	Jean Wyllys	Aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Paraguai.
02/07/2013	Jean Wyllys	Posicionamento contrário do PSOL ao Requerimento de retirada de tramitação do

		Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2011.
04/12/2013	Jean Wyllys	Comissão Geral destinada ao debate do fim da violência contra a mulher.
04/02/2014	Jean Wyllys	CPI sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.
04/02/2014	Jean Wyllys	Defesa da atuação da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República no combate à pedofilia.
14/05/2014	Jean Wyllys	Discussão do Projeto de Lei nº 7220, de 2014.
14/05/2014	Jean Wyllys	Orientação da bancada favorável do PSOL ao Projeto Lei nº 7220, de 2014.
15/10/2014	Jean Wyllys	Transcurso do dia do professor. Repúdio a discriminação de gênero e credo nas escolas.
09/12/2014	Jean Wyllys	Necessidade de providência da Corregedoria Parlamentar e do Conselho de Ética da Câmara contra os abusos cometidos pelo Deputado Jair Bolsonaro.

3.2.2.1. A Imagem de si

Jean Wyllys tem um diferencial significativo em relação à Bolsonaro no tocante à produção de discurso acerca da homossexualidade: a experiência. Esse fato, nos leva a analisar a fala de Wyllys sob outros aspectos daqueles realizados com Jair Bolsonaro.

O parlamentar supracitado vai buscar na sua experiência de vida, sua visão da própria trajetória as bases da construção de sua imagem. Além disso, vai recorrer aos processos de violência histórica contra a homossexualidade para se afirmar e construir sua base argumentativa.

Tabela 6: A imagem de si – Wyllys

Data	Tema Central	Enunciado
------	--------------	-----------

24/02/2011	Repúdio as injúrias, piadas e violências contra os homossexuais.	“Entre no mercado formal de trabalho bem remunerado. Nesse mesmo ano, prestei vestibular para jornalismo na Universidade Federal da Bahia, onde me formei. Trabalhei anos como jornalista. Depois de concluído o mestrado, deixei os anos de miséria para trás. Fiz a tal mobilidade social sem contar com a ajuda financeira dos meus pais - que, ao contrário, dependiam de mim - nem de apadrinhamentos de qualquer tipo. Eu que poderia ter morrido de fome ou por falta de serviço público de saúde, que poderia ter sucumbido a uma bala de revólver da polícia ou dos bandidos, ou mesmo à homofobia que vigora nas comunidades, transformei a minha vida e a da minha família para melhor.”
17/05/2011	Transcurso do Dia Nacional de Combate à Homofobia.	“A homofobia vigora em diferentes instituições e espaços da família, passando pelas escolas e pelas igrejas, que são reprodutoras desse sentimento. Até mesmo no Congresso Nacional, vários deputados se organizam politicamente para impedir que a cidadania avance e contemple os homossexuais do Brasil.”

Ao apresentar sua formação acadêmica em seu discurso inicial, no dia 24/02/2011 Jean forja uma imagem de si que vai sustentar durante sua legislatura: a de homem intelectual. Sua inteligência é perceptível não somente pelos diplomas que possui, mas também pela forma com que expõe e referencia seus argumentos. Marcas essas de sua profissão: a de professor.

Contudo, não se trata apenas de um homem de conhecimento, Wyllys se apresenta como um vencedor na vida, pois frisa bem as dificuldades financeiras que enfrentou durante sua infância e juventude. Além disso, ou por conta disso, ele expressa o quão importante foi seu engajamento político

estudantil, tanto no que diz respeito à época inicial de sua atuação quanto no que se refere a sua trajetória política até o presente.

Jean tem, portanto, um objetivo claro na Câmara dos Deputados, a defesa dos grupos politicamente minoritários, sobretudo, os/as homossexuais. Assim, evocando sua própria experiência, ele traz para arena política e discursiva a homofobia que sofreu, as piadas que ouviu, as ofensas que teve que superar e ao mesmo tempo transforma esses aspectos negativos de sua vida (pobreza, homofobia, violência) em força e superação que o leva à condição de Deputado federal atualmente.

Enquanto Bolsonaro é marcado pela virilidade, força, destreza e certo humor, Jean Wyllys se apresentou através do conhecimento que obteve durante sua trajetória acadêmica, bem como aqueles saberes adquiridos com a vida, nas dificuldades de um menino homossexual do interior da Bahia.

3.2.2.2. A persuasão do discurso

A estratégia persuasiva de Wyllys é marcada pelo resultado de sua experiência e pelos logros de seu estudo. Isso porque, o deputado se debruça sobre a homofobia histórica e cultural para apresentar aos ouvintes e leitores a importância de repensarmos a temática da homossexualidade dentro de uma sociedade democrática.

Tabela 7: A persuasão do discurso – Wyllys

Data	Tema Central	Enunciado
08/03/2013	Transcurso do Dia Internacional da Mulher.	“Eu pertenço a uma minoria estigmatizada que tempos atrás não poderia nem sonhar em entrar nessa casa. Nós, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, fomos perseguidos ao longo dos últimos séculos, entre outras instituições, pela religião, pela psiquiatria e pela lei. Passamos da fogueira da inquisição católica aos campos de concentração nazistas, dos campos de

		reeducação stalinistas aos psiquiátricos, das prisões, perseguições e abusos policiais à estigmatização da AIDS, da rejeição das famílias e do “armário” compulsório à privação de um marco jurídico e social para a estabilização e o reconhecimento dos vínculos afetivos”.
27/03/2013	Repúdio as Calúnias tecidas pelo Deputado Marco Feliciano.	“Então, estou dizendo para retirar isso, porque eu jamais disse essa frase. E, se ele insistir, eu o processo por calúnia e difamação. Eu nunca – nunca! – ofendi os cristãos. Muito pelo contrário. Minhas críticas são aos fundamentalistas desta Casa, que estimulam, sim, a injúria, a opressão e a violência contra os homossexuais, que são parte desse país. Entendeu?”

A tarefa principal do discurso político é convencer. O parlamentar deve fornecer argumentos capazes de conseguir a adesão ao seu pensamento, seja por parte de seus colegas da Câmara, seja do público leitor ou ouvinte. Nessa perspectiva, Jean Wyllys utiliza de duas estratégias persuasivas: a História e as violências sofridas pelos sujeitos que se encontram às margens da norma social.

No discurso de 08/03/2013, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, Wyllys expos em plenário, de forma sucinta, como a ocasião exige, situações de violências sofridas pelos homossexuais ao longo da história. Assim, o deputado cita a perseguição da Igreja Católica aos Sodomitas durante a Idade Média e a Idade Moderna. Ele fala também das instituições modernas de Estado como as clínicas médicas e as prisões e como esses aparelhos do Estado foram responsáveis pela criminalização e patologização da sexualidade “desviante” nos últimos séculos. Dessa forma, na medida em que Jean utiliza da história para explicitar sua posição, ele acaba provocando a reflexão de que aquela casa (Câmara dos Deputados) atua de forma arcaica em relação às minorias sexuais, tal como as instituições em séculos mais remotos. Por outro lado, mostra que se a democracia vem se aperfeiçoando no país, os LGBTs

não podem ser tratados pelo Estado, pelo Jurídico ou pela sociedade de maneira semelhante a sistemas políticos maus autoritários e restritivos.

No mesmo sentido, apresentar a dor, a exclusão e a marginalidade em que os homossexuais foram vítimas no decorrer da história, tem por objetivo agir sobre a sentimentalidade de quem ouve ou lê. Ademais, que dentro de uma democracia, em tempos de discurso de direitos humanos, não é tolerável mais a sociedade aceitar quaisquer tipos de violências por motivação de orientação sexual, etnia, sexo, credo ou identidade de gênero.

No Discurso de 27/03/2013 Wyllys ao responder a acusação de “anticristão” feitas pelo Deputado e pastor Marco Feliciano do PSC, fala de dentro da comunidade em que pertence e pela qual luta. De certa forma, Jean Wyllys é a representação presente de uma perseguição histórica que o próprio deputado havia utilizado no discurso anterior.

3.2.2.3. Os valores adotados

Jean Wyllys é, antes de tudo, partidário da diversidade, da pluralidade, da mistura. Nessa perspectiva, os valores adotados pelo parlamentar vão em direção a sua visão de democracia e cidadania.

Tabela 8: Os valores adotados – Wyllys

Data	Tema Central	Enunciado
15/10/2014	Transcurso do dia do professor. Repúdio a discriminação de gênero e credo nas escolas.	“Escolhi o dia de hoje não por acaso e quero usá-lo para reiterar meu compromisso com a educação inclusiva de qualidade para a cidadania. Isso inclui a valorização do magistério não só por meio de salários dignos, de plano de carreira, mas também de condições dignas de trabalho e de formação continuada. Só isso vai oferecer a cada cidadão e a cada cidadã uma educação de qualidade que construa a vida com pensamento, uma educação sem discriminação de sexo, de orientação sexual, de identidade de gênero, de

		religião.”
14/05/2014	Orientação da bancada favorável do PSOL ao Projeto Lei nº 7220, de 2014.	“Sr. Presidente, o PSOL vota “sim” na esperança, junto com a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, de que a resposta a este crime vá além da resposta penal, e a gente pense, por exemplo, em políticas de educação e de acesso à cultura que garantam a toda e qualquer criança, sobretudo as mais pobres, às crianças indígenas, às negras, às mais vulneráveis, o direito à educação, o direito à educação, o direito a gozar dos serviços de educação, o direito à saúde e o acesso à cultura que as protejam da exploração sexual. A resposta não pode ficar só no direito penal, tem que se estender em outras políticas”.

Todos os discursos de Jean Wyllys são pautados nos conceitos de cidadania e direitos humanos. A cidadania se refere aos direitos do sujeito em participar da vida política do Estado. Os direitos humanos estão ligados à ideia de liberdade a todas as pessoas que compõem uma nação. Contudo, os direitos humanos passaram a significar também à proteção dos sujeitos em relação ao Estado e a proteção dos sujeitos historicamente e culturalmente relegados às margens da sociedade.

No Transcurso ao Dia do Professor, em 15/11/2014, Wyllys lembra a importância da valorização da educação e dos profissionais dessa área para a construção de uma sociedade na qual a homofobia, o machismo e quaisquer outros tipos de intolerâncias não sejam uma cultura. Os fins dessa fala nos levam aos valores adotados pelo Deputado em todas as nossas fontes, a liberdade e a igualdade de direitos entre todos os sujeitos.

4. (Des)construindo saberes acerca da homossexualidade

O pensamento de Charaudeau nos auxiliou, no capítulo anterior, a entender parte das estratégias discursivas que Jair Bolsonaro e Jean Wyllys utilizaram para a construção dos saberes em torno da homossexualidade no Congresso Nacional Brasileiro entre os anos 2011 e 2014.

Contudo, partindo do objetivo de desconstruir as “verdades” acerca dos sujeitos homossexuais, entendemos que a Análise Crítica do Discurso nos serve como uma perspectiva analítica de tais enunciados na medida em que nos leva a refletir acerca dos abusos de poder e, dessa forma, buscamos não só compreender os sentidos construídos para a homossexualidade através da retórica de ambos os deputados, mas pensar, também, que lugar ocupa a sexualidade, mais especificamente a homossexualidade, no momento histórico atual.

Para organizar melhor essa seção, a tabela a seguir servirá como um guia para análise em perspectiva crítica dos discursos de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys. Os dados que serão apresentados são pontos cruciais do discurso dos deputados que vimos no capítulo anterior.

Tabela 9: Temas de Análise

Deputado	Imagem de si	Persuasão	Valores
Jair Bolsonaro	Virilidade e homofobia	Alerta ao perigo: Homossexualidade e pedofilia	Família tradicional brasileira, pautada nos calores cristãos
Jean Wyllys	Inteligência e humanidade	Alerta à violência: Homofobia histórica	Democracia, cidadania, liberdade e respeito à diversidade.

4.1. Virilidade e Inteligência

O ethos construído por Bolsonaro e Wyllys não se restringem apenas às imagens de virilidade do primeiro e sabedoria do segundo. Contudo, esses

conceitos são essenciais para entendermos os saberes que ambos os parlamentares constroem acerca da homossexualidade.

Os corpos pertencem à história, a cultura possui uma história e a linguagem também faz parte de um processo histórico. Mas, o que entendemos, aqui, sobre esses dois conceitos? De que forma podemos associar a virilidade ao discurso de Jair Bolsonaro e a sabedoria ao discurso de Jean Wyllys?

Para Charaudeau (2010), como vimos anteriormente, o ethos diz respeito a imagem que o sujeito político faz de si, a forma com que se projeta aos olhos de seus colegas e ao julgamento da opinião pública. Entre as possibilidades estratégicas de construção de imagem, duas dessas possibilidades pensada pelo autor vem ao encontro de nosso trabalho. À respeito:

Efetivamente, não se pode negar que essas massas podem ser seduzidas por imagens que não estão diretamente ligados ao político: a imagem exarcebada da “virilidade”, que se manifesta pela figura daquele que não tem “papas na língua”, que sabe fechar o bico dos seus adversários, que sabe mostrar que não tem medo de nada, de nenhuma situação, de nenhum adversário (CHAREAUDEAU, 2013, p. 138).

Bolsonaro não teme ao que entende por “assanha homossexual” no congresso, o parlamentar não teme as manifestações de esquerda corriqueiras durante seu mandato. Destemido, o parlamentar deixa claro que lutará contra quaisquer pressões dos movimentos de defesa das minorias. Ele também não teme ao governo do Partido dos Trabalhadores ao criticar pesadamente a então presidenta da República, Dilma Rousseff.

A retórica de Bolsonaro é marcada pelo uso de termos fortes, precisos e pouco preocupados com o politicamente correto. Essas características fazem do discurso de Bolsonaro, uma retórica viril, que defende propósitos viris, sem temer a seus adversários políticos. Assim, foi através da potência e da virilidade do seu discurso combinado aos valores culturais do patriarcado no Brasil que Bolsonaro ganhou adesão de parcela da população à sua fala.

Observem o discurso proferido por Bolsonaro no dia 07/07/2011. Na ocasião, o parlamentar protesta contra a utilização de recursos públicos para a realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT:

Atenção PSOL, partido da solidariedade e da homoafetividade, pode preparar outra representação no Conselho de Ética, porque o bicho vai pegar mais grave agora! Vocês têm um deputado que se orgulha de ser gay, e há um outro que arranja milhões para o kit gay e para os movimentos LGBTs. Se acham que vão me intimidar com representações sem-vergonha no Conselho de Ética, estão enganados. A máscara de vocês está caindo. Esse é um partido que não tem qualquer respeito com a família, com os bons costumes, com a religião, com a moral.

Em termos linguísticos, a potência e a virilidade da retórica de Bolsonaro são expressas no fragmento acima em momentos como “pode preparar outra representação no Conselho de ética, porque o bicho vai pegar” e “se acham que vão me intimidar com representações sem-vergonha no Conselho de Ética, estão enganados”. Os enunciados mencionados nos levam a interpretação de que o Deputado não se calará diante das ameaças de ter seu nome levado ao Conselho de Ética. Ao acreditar no acerto de suas ações, Bolsonaro se mostra confiante e não “intimidado” com a possibilidade de ter que responder sobre suas palavras.

Porém, se pensarmos por uma ótica dos sentidos construídos acerca da homossexualidade, a homofobia de Bolsonaro pode ser apreendida em sua ironia à nomenclatura do PSOL. O Partido Socialismo e Liberdade, mesmo partido de Jean Wyllys, se destaca por seu forte discurso em favor das chamadas minorias políticas. Por conta da atuação desse partido em relação aos direitos dos e das homossexuais, Bolsonaro renomeia o Partido substituindo a “Liberdade” por “Homoafetividade”.

Além disso, no momento em que Bolsonaro diz que “Vocês têm um Deputado que se orgulha em ser gay, e há um outro que arranja milhões para o kit gay e para os movimentos LGBT”, ele manifesta sua reprovação e inconformidade tanto no que diz respeito ao sujeito que se orgulha de sua orientação sexual (ainda mais um Deputado), quanto no que se refere ao apoio pela luta política contra a homofobia representada pelos materiais destinado a promoção do respeito a diversidade em sala de aula quanto pelos movimentos sociais LGBTs.

Em *História da Virilidade*, Courtine aponta que, após os anos 1960, há um “mal estar na identidade masculina”. A visão do autor corresponde à nossa na medida em que a virilidade é compreendida, em resumo, sob três aspectos: força física, firmeza moral e potência sexual. Para o autor:

Desde o fim do século XIX, dos anos de 1870 até a Grande Guerra, o espectro da desvirilização vem frequentando as sociedades europeias: degenerescência das energias másculas, diminuição da força, multiplicação das taras. A virilidade está em perigo, e a nação com ela. Sua militarização vai conhecer com a guerra o seu apogeu trágico: a devastação dos corpos solapa o mito militar-viril e inscreve a vulnerabilidade masculina no coração da cultura sensível. A Segunda Guerra Mundial e depois as últimas guerras coloniais acabaram de derrubar o entusiasmo viril pela proeza guerreira e puseram um termo à busca heroica do sacrifício e da glória (COURTINE, 2013, p. 9).

Embora as guerras sejam um dos fatores que provocaram a desestabilização do ideal de masculinidade ocidental no século XX, outros fatores foram igualmente importantes como os movimentos sociais feministas e LGBTs, o avanço tecnológico e a proliferação da pornografia. Mas, Courtine também aponta um paradoxo, pois o mesmo século XX foi “o teatro de grandes lampejos viris”. Na verdade, estamos diante de uma masculinidade que se transformou sem que a virilidade fosse, de fato, um atributo não mais desejável.

Bolsonaro não tem um discurso do século XIX ou do início do século XX, ele representa, justamente, a tentativa de construir novos significados de uma masculinidade que “joga” com os modelos arcaicos e os modernos de ser um homem.

Jair Bolsonaro é um militar da reserva e, para ele, isso sim é motivo de orgulho. Ora, é sabido que a masculinidade militar é forjada nos treinamentos, na estruturação das Forças Armadas que ainda é maciçamente composta por homens e nos próprios fins visto que, soldados são preparados para serem combatentes e, como tais, devem alinhar sua força física a uma mente comprometida com a pátria.

Cabe ressaltar aqui, que Bolsonaro glorifica a Ditadura Militar no Brasil. A própria ditadura é um sistema de exceção que pressupõe força, ordem e domínio masculino. Aliás, a historiadora Angélica Müller nos diz que “a virilidade aparece como uma questão maior e um indicador crucial quando tratamos de apresentar o quadro cultural e comportamental dos jovens no período” (MÜLLER, 2013, p. 301). Portanto, a imagem de si forjada por Bolsonaro pode ser entendida como resultado tanto do campo geracional, ou seja, da cultura e do contexto histórico de sua época de jovem quanto diz respeito ao campo profissional de atuação, o das Forças Armadas.

A virilidade de Bolsonaro dialoga com seu orgulho de ser homofóbico. Ora, se a homossexualidade perturba as fronteiras bem estabelecidas da heterossexualidade, entende-se o “medo” que as relações entre pessoas do mesmo sexo provocam no Deputado, bem como na forma de pensar de todos e de todas aqueles e aquelas que compartilham da mesma opinião.

No discurso proferido em 28/04/2011, Bolsonaro critica o posicionamento do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em relação à homossexualidade. Em suas palavras:

E digo mais: se ser contra isso é ser homofóbico, com muito prazer e com muito honra, vou continuar sendo homofóbico, porque essa proposta toda é para escola pública, é para o filho do pobre, que, enquanto o pai e mãe vão trabalhar, fica na escola aprendendo a ser homossexual, como ter um homossexual na família fosse motivo de orgulho. Eu digo que teria vergonha se tivesse um filho homossexual.

Ora, ser contra uma proposta educacional que visa combater a intolerância sexual e ensinar a crianças e jovens que a homossexualidade é mais uma manifestação da sexualidade, saudável e legítima, é sim um posicionamento homofóbico. Da mesma forma que ter vergonha de um filho gay por essa característica, também é um posicionamento homofóbico. Mas, por que será que isso ocorre?

Para Borrillo (2010), a homofobia é um conjunto de fenômenos sob uma nomenclatura. Contudo, uma de suas definições é importante para a nossa análise. Para o autor:

A homofobia torna-se, assim, a guardiã das fronteiras tanto sexuais (hétero/homo), quanto de gênero (masculino/feminino). Eis por que os homossexuais deixaram de ser as únicas vítimas da violência homofóbica, que acaba visando, igualmente, todos aqueles que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais dotadas de forte personalidade, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade... (BORRILLO, 2010, p.16).

A citação acima é representativa ao nosso trabalho. Isso porque o campo político é, por definição, o território simbólico das relações de poder da sociedade. A homofobia exerce uma funcionalidade policial na medida em que denuncia e puni as manifestações sexuais não heterossexuais e as identidades de gênero não alinhadas com os dados biológicos.

O discurso homofóbico de Bolsonaro representa a tentativa de parcela da sociedade de manter a dominação e o poder nos espaços privados e

públicos. Em casa, nas instituições, no esporte e no seio da sociedade quando falamos de gêneros e sexualidades não está em jogo somente escolhas, gostos, desejos ou comportamentos, mas sim quem pode o que, a delimitação de espaços e influências.

Por sua vez, Jean Wyllys, que na vida pessoal construiu uma carreira acadêmica, se tornando professor universitário apresenta, fortemente, duas características também apresentadas por Charaudeau que se debruçou sobre as formas dos políticos construírem a própria imagem. Enquanto Bolsonaro forma uma imagem viril e homofóbica, Wyllys constrói para si a imagem da inteligência e da humanidade. Sobre o ethos de inteligência:

Faz parte do ethe de identificação na medida em que pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim os faz aderir a ele. A inteligência é uma característica humana difícil de ser definida, mas aqui se trata de considerá-la um imaginário coletivo que testemunha a maneira com que os membros de um grupo social a concebem e a valorizam. Tratando-se do político, a inteligência é percebida não em função da maneira como ele age e fala durante os acontecimentos políticos, mas também pelo que se pode apreender de seu comportamento em sua vida privada (CHARAUDEAU, 2013, p. 145).

O discurso de Wyllys, proferido em 04/12/2013, na ocasião referente a Comissão Geral destinada ao debate do fim da violência contra a mulher, nos pode servir de exemplo. Nas palavras do parlamentar:

Quero lembrar que o nosso compromisso aqui não é só para enfrentar as discriminações de gênero e raça. É preciso incluir em todas as falas e na pauta também a discriminação por orientação sexual, porque sabemos muito bem que a população LGBT é vítima dessa dominação masculina e de violência tão dura quanto a que vitima as mulheres. Então, cada vez que falarmos em discriminação de gênero e raça, temos que incluir a discriminação por orientação sexual, o que é fundamental, Deputada Rosinha.

A sabedoria de Wyllys pode ser interpretada na fala acima sob dois aspectos. Primeiro, a eloquência verbal característica da fala do Deputado. Em outras palavras, o popularmente conhecido “falar bem e bonito”. Segundo, porque o debate acerca dos gêneros e sexualidades possui uma série de conceitos no qual a maioria da população não sabe diferenciar de forma precisa como, por exemplo, as diferenças entre os conceitos de sexo, gênero e sexualidade. No momento em que o parlamentar mostra dominar tais significados passa domínio do assunto, o que o legitima, ainda mais para além de sua experiência, a se posicionar sobre tais assuntos.

O “falar bem” de Jean Wyllys vem acompanhado da abordagem do discurso que profere. Explicando melhor, a retórica do Deputado é permeada de sensibilidades de cunho humanista, na medida em que pensa sempre no bem comum, principalmente nos sujeitos que vivem sob violências e preconceitos sociais e institucionais. Nas palavras de Charaudeau:

O ethos de “humanidade” constitui igualmente um imaginário importante para a imagem do político. O “ser humano” é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas, demonstrar quais são seus gostos, até os mais íntimos: “para ser um homem público, não é preciso ser menos homem (CHARAUDEAU, 2013, p. 148).

Ao se debruçar na defesa de homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, bem como na defesa de mulheres, negros, jovens, ateus, umbandistas entre outros, Wyllys demonstra possuir forças devido a sua trajetória enquanto sujeito homossexual e, portanto, saber das violências que passa ou passou. Além disso, ou por conta disso, apresenta-se como capaz de se por no lugar de outros grupos que, ainda sob outros aspectos, também sofrem discriminação social.

Na fala de Wyllys, também é possível apontar o abuso de poder em forma de denúncia. O discurso que profere o deputado não é marcado pela tentativa de dominação sobre alguma comunidade social como ocorre com Bolsonaro, mas expressa a própria violência prática percebida por Jean. Observem:

A homofobia se expressa de forma legal por meio das agressões e dos assassinatos, mas ela se expressa sobretudo por meio da violação de direitos. Hoje, no Brasil, os homossexuais são aliados de quase 70 direitos, portanto são considerados cidadãos de segunda categoria. Porque vivemos numa sociedade homofóbica.

O trecho acima integra o discurso proferido em Plenário no dia 17/05/2012. Naquela oportunidade Wyllys realizou um transcurso acerca do Dia Nacional de Combate à Homofobia. Ao afirmar que a “sociedade é homofóbica” e, sobretudo, que os homossexuais são “aliados de quase 70 direitos”, o Deputado exhibe publicamente a dominação heterossexual permutada nas leis brasileiras.

Por fim, é possível pensar que parte da imagem que ambos os parlamentares constroem de si diz respeito às suas respectivas vivências pessoais e profissionais. Bolsonaro e sua vivência heterossexual e sua profissão militar e Wyllys de vivência homoafetiva e de profissão acadêmica. Contudo, é razoável pensar em outros fatores também como as ideologias, a coerência ao partido em que atuam, as circunstâncias

de cada fato e a intensa preocupação política de criar um nicho eleitoral que lhe permitem um espaço na Câmara dos Deputados.

No caso de Wyllys, segue-se uma lógica. No programa do PSOL há uma clara intenção de lutar contra o poder opressor do capitalismo que, na visão de seus membros, é responsável pelas injustiças sociais que nos cometem. Logo, no que tange as políticas identitárias, Jean e PSOL mantém o discurso de combate contra a normatividade, seja ela a cultura machista, sexista, racista ou homofóbica.

4.2. História e homossexualidade em perspectivas distintas

Na educação básica, a História pode ser definida, resumidamente, como o campo do saber que estuda os humanos e as sociedades no seu tempo. De imediato, entendemos desde cedo que a história não é estanque e que ela muda por conta de inúmeras variáveis sociais, econômicas, factuais, religiosas, culturais e etc.

Nos discursos em Plenário, sob a ótica do convencimento social, da persuasão, a dimensão argumentativa da ordem do discurso, ambos os deputados utilizam em maior ou menor grau, explicitamente ou implicitamente, os conhecimentos históricos acerca da homossexualidade.

Van Dijk reconhece a importância da análise histórica nos estudos do discurso. Ao se debruçar sobre o racismo no discurso de políticos europeus, o autor afirma que “o racismo não é uma invenção de hoje, mas tem uma história de séculos” (VAN DIJK, 2013, p. 26). Ora, a homofobia segue o mesmo raciocínio, longe de ser um fenômeno atual, o preconceito acerca do comportamento sexual teve formas distintas em tempos e sociedades diferentes.

O Deputado Jair Bolsonaro em seus processos argumentativos utilizou associações históricas e preconceituosas acerca da homossexualidade para conquistar seu objetivo: a manutenção da dominação heterossexual no Congresso e no Brasil.

No momento em que Bolsonaro “alerta” sobre os “possíveis perigos” das políticas de enfrentamento à homofobia no ensino fundamental, ele associa a

homoafetividade a perversidade e a imoralidade na medida em que seria este um comportamento prejudicial às crianças e jovens.

Nos discursos analisados é possível constatar que o parlamentar acredita que, atualmente, os homossexuais querem privilégios. Ora, uma distorção da realidade, pois os homossexuais têm ainda, direitos restringidos no país. Contudo, nenhum dos argumentos utilizados foi tão marcante e decisivo para a compreensão de seu discurso do que a dimensão pervertida as relações homossexuais. Aliás, não bastou associar apenas os sujeitos homossexuais às práticas do sexo desmedido e promíscuo, mas também evocar relações entre a homoafetiva, crimes e violências como, por exemplo, a pedofilia.

Michel Foucault, ao falar da implantação perversa nas sociedades ocidentais, aponta para o funcionamento do discurso na modernidade e como ele foi capaz de forjar, criar e classificar os sujeitos por conta das expressões sexuais.

As ciências médicas transformam o homossexual em uma “espécie” a ser estudada, controlada. Seus corpos se transformaram em residência do saber e inscrição dos saberes. Assim, a homossexualidade foi considerada uma patologia, uma perversão que deve ser amplamente confinada, medicada e, se possível, restituída. Para Foucault:

A implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas e, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas, segundo uma idade, lugar, um gosto, um tipo de prática. Proliferação das sexualidades por extensão do poder; majoração do poder ao qual cada uma dessas sexualidades regionais da um campo de intervenção: essa conexão, sobretudo a partir do século XIX, é garantida e relançada pelos inumeráveis núcleos econômicos que, por intermédio da medicina, da psiquiatria, da prostituição e da pornografia vincularam-se, ao mesmo tempo, a essa concentração analítica do prazer e a essa majoração do poder que o controla. Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos de excitação e de incitação (FOUCAULT, 2010, p. 56).

Nessas relações de poder, a sexualidade humana foi posta a espreita, os corpos passaram por um processo de confissão dos seus gostos e desejos. Nesse sentido, Stearns afirma que a “medicalização do sexo duraria muito mais que o próprio vitorianismo” (STEARNS, 2010, p. 158).

Nessa perspectiva, Bolsonaro utiliza a homossexualidade como um desvio de conduta, premeditado, ameaçando a família tradicional brasileira. A associação da homossexualidade como algo patológico ou criminoso não é recente como pudemos perceber, ao contrário, é um legado da cultura sexual vitoriano no Ocidente. Neste sentido, a perversão da homossexualidade também tem a ver com o propósito, o prazer. Cabe lembrar que as sociedades modernas construíram um ideal de sexualidade em consonância com o casamento e a procriação. Nas palavras de Magali Engel,

A livre manifestação do instinto sexual definida [...] pelas noções de excesso e/ou ausência de finalidade reprodutora, não seria concebida, no discurso, apenas como perversão, ao mesmo tempo, causa e efeito da degeneração física do corpo. O significado da sexualidade doente, expressa-se também através da ideia de depravação construída num campo demarcado por limites onde se entrelaçam e se confundem as noções de irracionalidade e de imoralidade. A prostituição, o homossexualismo, o alcoolismo, a histeria, etc., são classificados como comportamentos desviantes e escritos âmbito da loucura. Concebida como expressão do instinto não controlado, a loucura é controlada no discurso, como um estado primitivo ou selvagem, caracterizado pela fragilidade da formação espiritual e intelectual do indivíduo (ENGEL, 1986, p. 177).

Não tardou para que a cultura médica europeia ecoasse no Brasil. Porém, talvez, para compreender o contexto da elaboração do discurso de Bolsonaro que reafirma, suscita e sugere a homossexualidade como uma sexualidade preocupante, desviante e não saudável, devemos voltar um pouco mais no tempo e ir até a formação da tradição judaico-cristã.

Em prol da manutenção do patriarcado e do sexo biológico, a Igreja se incumbiu de reprimir o sexo e a afetividade entre pessoas do mesmo sexo. Agostino de Hipona (Santo Agostinho), importante teólogo do século V, já entendia a homossexualidade como contrária à natureza. Abordando esse tema, Borrillo nos diz que:

Agostinho de Hipona (354-430), um dos maiores representantes da Patrística, é que marcará, sobretudo, a doxa católica. Em sua obra "Confissões" ele fala de sodomia como se tratasse de um crime detestável, contrário à lei natural e à lei divina. As primeiras condenações formais não tardaram a ser pronunciadas: o Concílio de Elvira, reunido na Espanha em 305, prevê a excomunhão; por sua vez, o Concílio de Ancira, em 314, organiza as punições para o pecado sodomítico (BORRILLO, 2010, p. 51).

A citação acima pode ser também entendida de forma a pensar o quanto o discurso, na história, é responsável pelas práticas. Após grandes nomes da

igreja abominarem discursivamente a sodomia, medidas foram tomadas para combater, de fato, tais atos.

O discurso homofóbico de Bolsonaro tem raízes no discurso homofóbico religioso e científico. Leiam parte do discurso proferido no dia 05/05/2011, naquela oportunidade, o Deputado criticava, mais uma vez, a distribuição de materiais de combate à homofobia pelo MEC:

Acreditem se quiser: o Ministério de Educação e Cultura – MEC classificou, Deputado Romário, como censura o Kit Gay. Ou seja, quando coloco no meu panfleto que o kit é para a garotada de 6 ou 8 anos, que vai se transformar em homossexual nas escolas, estou errado. Na realidade, são indicados para crianças a partir de 4 anos de idade os filmetes pornográficos e o material dito didático para combater a homofobia, que, na verdade, repito, estimulam o homossexualismo e escaram as portas para a pedofilia.

Nas palavras de Bolsonaro, a homoafetividade não é uma manifestação sexual pedagógica para as crianças, ou seja, somente a heterossexualidade deve ser visibilizada e entendida como natural e modelo. Entretanto, a pedofilia é uma prática criminosa que consiste em relações sexuais entre um adulto e uma criança e a utilização dessa associação é pensada pelo parlamentar de forma a inscrever a homossexualidade, novamente, no campo das perversões, da imoralidade e da falta de controle de forma a tornar as relações de pessoas do mesmo sexo algo perigoso, danoso à sociedade e a família brasileira.

A argumentação do processo de persuasão discursiva de Bolsonaro tem raízes no discurso homofóbico ocidental e visa a manutenção da hierarquia das sexualidades e da normatividade da heterossexualidade. Contudo, vale mais uma reflexão acerca do posicionamento do Deputado, quando ele diz que o material didático vai “transformar as crianças em homossexuais” está, ao mesmo tempo, sendo incoerente com seu pensamento e fazendo coro as argumentações de Wyllys. Vamos aos motivos.

Se Bolsonaro considera a heterossexualidade com um dado da natureza (e divino), logo a crença da influência LGBT não faz sentido. Acreditar que a criança, o jovem ou até mesmo o adulto pode se “transformar” em homossexual é acreditar na dimensão cultural da sexualidade. Então seu discurso, embora efetivo no senso comum, é problemático perante à uma postura crítica.

Um dos pontos chave para o entendimento das retóricas de Bolsonaro é compreender porque em grande parte de nossas fontes a maior preocupação

manifesta pelo parlamentar é em relação à educação. Ora, faz sentido, aliás, faz todo o sentido, faz emergir ainda mais a sua incoerência em relação à suposta naturalidade da heterossexualidade.

Se tomarmos a sexualidade como uma atividade, uma identidade socialmente e historicamente construída, certamente podemos dizer que as leis, as instituições do Estado, as artes e, sobretudo, a educação (institucional ou cultural) são responsáveis pelas verdades construídas para determinado sujeito ou grupo social. Assim, não permitir o debate em sala de aula, é uma forma de manter o status quo e privar a homossexualidade de legitimidade.

De acordo com Guacira Lopes Louro, há a necessidade de repensar as práticas educacionais no que tange a temática dos gêneros e sexualidades, a começar pela problematização da própria linguagem que traz, em si, marcas das relações de poder presente na sociedade. Para a autora:

Há ainda uma difícil barreira de sentido a superar: para que um/a jovem possa a vir se reconhecer como homossexual será preciso que ele/ela consiga desvincular gay e lésbica dos significados a que aprendeu a associá-los, ou seja, será preciso deixar de percebê-los como desvios, patologias, formas não naturais e ilegais de sexualidade (LOURO, 2010, p. 83).

Louro entende que a educação pode ser o espaço de transformação e quebra de paradigmas, dogmas e preconceitos. Pois bem, Bolsonaro também entende dessa forma e, por isso, empenha-se tanto em manter os assuntos ligados a gênero e orientação sexual, numa perspectiva cultural, fora do currículo escolar.

Assim, podemos dizer que Bolsonaro utiliza de um discurso homofóbico para barrar as possíveis mudanças de entendimentos de nossos jovens em relação à diversidade sexual. O parlamentar parece acreditar no “poder” da educação, visto sua incessante “luta” política em não permitir o a problematização acerca dos gêneros e sexualidades em sala de aula.

A intenção do parlamentar parece repousar na intranquilidade que a homossexualidade causa nos padrões fixos de gênero e sexualidade. E, mais que isso, mudanças a esse respeito podem simbolizar o fim do poder social da heterossexualidade e a superação da inferiorização da homossexualidade. Os grupos dominantes não deixarão tão facilmente seus privilégios.

Homem, heterossexual, pai de família, cidadão correto são atribuídos à imagem que Bolsonaro constrói de si. Para ele, o sexo biológico deve determinar a orientação sexual do indivíduo. Quem destoa desse modelo, comporta-se de forma errônea, promiscua e problemática para o bom funcionamento da sociedade. É preciso desconstruir as ligações determinantes entre o sexo, a sexualidade e a identidade de gênero, pois as manifestações e expressões não seguem nem normas naturais, nem se submetem à cultura dominante.

Sexo, sexualidade e identidade de gênero não são a mesma coisa. Sexo é um dado biológico, o pênis, a vagina ou a presença de ambos. A sexualidade está no campo do desejo, a vontade e a orientação sexual dos sujeitos nesse ou naquele sexo, em ambos os sexos ou em nenhum dos sexos. Já a identidade de gênero faz referência a como determinada pessoa se reconhece socialmente, se como masculino, feminino, ambos ou nenhum desses modelos¹⁸. Portanto, não necessariamente um homem do sexo masculino e de orientação sexual heterossexual tenha que se identificar com o gênero masculino. Da mesma forma, uma mulher homossexual pode se identificar tranquilamente com o gênero feminino. Não há determinações biológicas nesse sentido.

Ainda é possível analisar o discurso de Bolsonaro sob o ângulo de desqualificação do adversário como parte da estratégia em alcançar os objetivos de seu discurso. Nesse caso, o ataque à esquerda é simbolizado nos últimos anos pelos governantes do Partido dos Trabalhadores. Em discurso do dia 17/10/12, Bolsonaro diz que:

São Paulo agora está numa eleição, e o Haddad está mentindo descaradamente. E a Dilma agora está na campanha de Haddad. O Kit Gay não morreu. A Dilma apoia o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Está aqui.

O fragmento acima nos mostra que Bolsonaro passa a informação de que o debate da homossexualidade é uma agenda do espectro político adversário. Assim, o interesse na diversidade sexual seria do PT e de suas lideranças. Esse posicionamento só ocorre porque Bolsonaro, na forma que pensa, julga ser uma desqualificação defender as uniões homoafetivas.

¹⁸ Para mais informação cf.: BUTLER, 2010.

É possível perceber em boa parte dos discursos em plenário do parlamentar supracitado que o mesmo entende que levantar a bandeira gay politicamente se traduz em uma conduta errada, de um grupo de pessoas não comprometidas com os valores da família brasileira.

Há quem entenda que os discursos de Bolsonaro contra o PT pouco têm a ver com a temática da sexualidade. Pelo contrário, na medida em que a esquerda no Brasil passou a incorporar a liberdade sexual como parte de sua defesa diante ao estado brasileiro, é intencional o ataque de Bolsonaro, tendo em vista o objetivo de barrar quaisquer políticas públicas que vise promover a cidadania LGBT.

Por sua vez, Jean Wyllys busca sensibilizar o ouvinte/leitor através de dois aspectos que se complementam: a experiência homossexual do mesmo e sua retórica pautada no histórico de violência sofrido pelos/as homossexuais ao longo da história.

Em seu transcurso proferido no dia 08/03/2013, em razão ao Dia Internacional da Mulher, Wyllys relacionou a sua vida a estigma sofrido pelas sexualidades não hegemônicas no decorrer da história. Nas palavras do Deputado:

Eu pertença a uma minoria estigmatizada que tempos atrás não poderia nem sonhar em entrar nessa casa. Nós, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, fomos perseguidos ao longo dos últimos séculos, entre outras instituições, pela religião, pela psiquiatria e pela lei. Passamos da fogueira da Inquisição católica aos campos de concentração nazistas; dos campos de reeducação stalinistas aos psiquiátricos; das prisões, perseguições e abusos policiais à estigmatização da AIDS; da rejeição das famílias e do “armário” compulsório à privação de um marco jurídico e social para a estabilização e o reconhecimento dos vínculos afetivos. Palavras como “bicha” e “veado”, que tantas vezes me foram ditas com desprezo ao longo de minha vida. Ainda são usadas em muitos ambientes sociais como os piores insultos possíveis ou como forma de deboche e ridicularização, inclusive nas reuniões das Comissões dessa casa.

A violência verbal e simbólica mencionada por Jean no fragmento acima se relaciona em seu discurso com a vida de outros tantos sujeitos vítimas dos discursos e práticas homofóbicas no passar dos tempos.

Na trajetória histórica traçada no discurso de Wyllys há a explicitação das diferentes formas de subjugar os indivíduos que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo. Na ordem cronológica, o deputado lembra de todo

empenho judaico-cristão em fazer da sodomia um pecado contra a natureza. Como vimos anteriormente, a consequência prática foi as execuções dos “pecaminosos” nas fogueiras da Inquisição em fins da Idade Média e durante a Idade Moderna.

Em seguida, Wyllys fala do discurso psiquiátrico, que transformou o/a homossexual em um(a) doente. A consequência prática são as internações compulsória para tratar desses “desvios” ou ainda a procura do próprio sujeito homossexual afetado pela reprovação de si.

Por fim, Wyllys menciona a lei que confere à homossexualidade um lugar legal inferior ao da heterossexualidade. Além disso, como também vimos no capítulo que fala sobre a história da homossexualidade no Brasil, a intolerância sexual e os preconceitos enraizados na nossa cultura foram responsáveis pela prisão de muitos “pervertidos” que perturbavam a ordem pública e os costumes locais em sua busca de parceiros nas praças públicas das grandes cidades durante o século XX.

O sentido do discurso de Jean pode ser compreendido como uma analogia que visa passar o recado, o exemplo de que assim como o próprio parlamentar superou as dificuldades de ser homossexual no Brasil e venceu, os demais sujeitos podem também seguir o mesmo caminho e endossar a “luta” política por mais respeito, direitos e cidadania. A consequência prática dessa análise pode ser o enfrentamento à heteronormatividade no país.

Ademais, ressaltamos que os argumentos utilizados por Bolsonaro e Wyllys recorrem aos discursos construídos durante a história em momentos mais afastados ou próximos ao nosso tempo. E isso nos revela um importante pensamento acerca do espaço político e da historiografia política. Todo personagem político é histórico, toda imagem construída, argumentação adotada, estilo retórico, valores, crenças e ideologias disseminadas, e as “regras do jogo” são do e falam sobre o tempo presente.

Assim, podemos dizer que democracia não está diretamente ligada ao respeito às minorias políticas, bem como podemos afirmar que quaisquer temáticas debatidas no espaço político se configuram numa disputa de forças entre os mais diversos setores da sociedade. Explicando melhor, o conceito de “democracia” não pode ser tomado, a priori, como sinônimo de respeito a todos os sujeitos. A própria interpretação de “democracia” é um espaço de luta, visto

que políticos de todos os espectros políticos e ideologias utilizam o mencionado termo em seus discursos em contextos diferentes, defendendo posições diversas.

4.3. As relações de poder entre o discurso cristão e o projeto democrático contemporâneo

Não é difícil entender que o pensamento cristão exerceu (e ainda exerce) uma função pedagógica. Também sabemos que parte do discurso da sexualidade pelo pensamento cristão converge ao sacramento do casamento e a procriação. Embora não se resume a isso, a ideia de um discurso sobre o casal conjugal entre um homem e uma mulher não exatamente uma invenção católica, é antes uma base cultural da própria cultura antiga greco-romana¹⁹.

O discurso histórico religioso visou (e ainda visa), antes de tudo, a organização da prática social. O olhar do cristianismo se fixou mais na sociedade como um todo do que nos comportamentos individuais, visto que a individualidade é um conceito de tempos mais recentes. Contudo, embora não possamos confundir a história do discurso cristão com a história dos fiéis, sabemos que os discursos são responsáveis pelas práticas, pois nada preexiste aos saberes de uma determinada época.

Jair Bolsonaro evoca, constantemente, em seus discursos contra a homossexualidade, os valores da família tradicional brasileira que dialoga e é simbolizada pelos valores cristãos. Como exemplo, vamos observar um trecho do discurso do parlamentar supracitado em 14/06/2012 em repúdio aos temas tratados no 9º Seminário Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais:

Quero agora dirigir-me à família brasileira. Não sou pastor evangélico, não sou padre. Sou apenas um homem, um Parlamentar que tem uma família. Mais do que isso, tenho uma família e respeito quem tem família. Esperava não ter mais que volta a esse assunto, deputado Esperidião Amin, até porque depois das palavras da Presidente Dilma Rousseff, quando mandou recolher o kit gay, pensei que fossem as palavras de uma mulher que têm autoridade. Algo aconteceu: ou ela não tem autoridade ou está sendo sabotada pelo MEC e pela Secretária Nacional de Direitos Humanos.

¹⁹ Ler mais em: BERNOS; LECRIVAIN; RONCIÈRE; GUYNON, 1991.

Bolsonaro quando menciona se dirigir “à família brasileira” e que o mesmo tem respeito para “quem tem família” cria o sentido de que os homossexuais não constituem família e nem que os mesmos possuem uma, ao menos, nos moldes de uma família que ele considera correta. Mas, por que explicitar que não é “pastor”, nem “padre”?

No pensamento de Bolsonaro, a família tradicional brasileira é a família de base cultural cristã. E, sabemos, que a cultura cristã não entendia o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo como natural da mesma forma que o deputado também não o considera. Então, trata-se, de um valor religioso e social que delimita o conceito de família e exclui configurações familiares alternativas.

Além disso, há uma ambiguidade nesse discurso. Se por um lado, Bolsonaro parece separar os campos político e religioso, por outro, ele explicita a falta de autonomia do político frente ao discurso religioso. Explicando melhor, Bolsonaro separa os domínios da política e da religião na medida em que entende que cabe mais as igrejas “cuidar das famílias” do que aos parlamentares. Contudo, na sequência do seu discurso, proferido em espaço político, ele utiliza discursos baseados na cultura cristã para atacar a homossexualidade.

Nesse caso, o discurso religioso acerca da homossexualidade corrobora com a crença do parlamentar de não reconhecer a união homoafetiva como uma família. Se dois homens ou duas mulheres não são uma família, não faz sentido conceder o direito a adoção nem a herança em caso de falecimento de um dos cônjuges. Assim, estamos, mais uma vez, diante de um discurso de consequências práticas, visto que embora o Supremo Tribunal Federal tenha, em 2011, reconhecido a união homoafetiva, com base na Constituição, o legislativo brasileiro ainda não reconhece o casamento civil igualitário e nem concede uma série de direitos consequentes.

Dessa forma, há, em nosso País, uma diferenciação legal entre heterossexuais e homossexuais e isso é um exemplo da dominação da heterossexualidade e do abuso de poder das elites políticas. Cabe lembrar, que o Congresso Nacional é majoritariamente composto por homens, brancos, cristãos e heterossexuais.

Ora, se defendemos aqui que os discursos são a própria prática política e que todo ato político é oriundo das relações de poder existentes na sociedade, não nos parece estranho que uma casa legislativa composta, em grande maioria, por homens heterossexuais não aprove leis que equiparam, em direitos, homossexuais e heterossexuais, ou ainda, não permite a aprovação de leis específicas que punam os crimes de caráter homofóbico.

Assim, Bolsonaro alinha discursos que por um lado foram responsáveis pelo o que acredita e pensa e por outro os são úteis frente a seus objetivos discursivos como a adesão da população contra o movimento LGBT e suas reivindicações.

De forma antagônica, Wyllys entende a supressão de direitos, pautadas no argumento da fé como fundamentalismo religioso. Assim, Jean assume abertamente sua luta contra esse tipo de posição na Câmara, ressaltando conceitos como “cidadania” e “democracia”.

O termo “democracia” é demasiadamente amplo e aberto a interpretações. Isso pode ser verificável na medida em que ambos os parlamentares aqui analisados recorrem a esse termo para justificarem e, ao mesmo tempo, nortearem seus pontos de vista.

Embora “democracia” como vontade soberana da maioria possa ser problemática em alguns contextos, visto, por exemplo, a maioria do povo brasileiro legitimar posturas e ações homofóbicas, acreditamos que o sentido que Jean Wyllys dá ao termo em seu discurso é o sentido da liberdade individual e pluralidade administrativa.

Em 02/04/2013, Wyllys discursou em Plenário de forma a parabenizar o Parlamento do Uruguai pela aprovação do casamento civil igualitário naquele país. Nas palavras do Deputado:

Sr Presidente, demais colegas, eu quero dividir com V. Exas. Uma notícia que me deixou muito feliz. Enquanto nessa casa discutimos se há satanás ou não, após uma declaração infeliz do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o nosso vizinho Uruguai acaba de aprovar, com ampla maioria, o casamento civil igualitário, estendendo a cidadania ao conjunto de sua população. Quem me dera este país pudesse se espelhar em uma democracia como a do Uruguai. Parabenizo os Senadores e Deputados do Uruguai e repudio veementemente a infantilidade de se apontar a presença de satanás nesta Casa.

Primeiro, vamos contextualizar o conteúdo do fragmento acima para nosso/a leitor/a. Jean Wyllys faz uma crítica ao pastor Marco Feliciano, do Partido Socialista Cristão, que havia sido eleito para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. A imprensa nacional divulgou uma notícia²⁰ em que Feliciano teria dito, em culto, que a supracitada Comissão era “dominada por satanás”. No discurso acima, Wyllys encara tal dito como “infantilidade”, munindo assim sua opinião sobre o fundamentalismo religioso na Câmara.

Ao parabenizar o Uruguai pela aprovação do casamento civil igualitário, Wyllys diz lamentar o fato do Brasil não se espelhar em uma “democracia como a do Uruguai”. Nessa perspectiva, Jean chama a atenção para os direitos individuais reconhecidos naquele país, o que não ocorre no Brasil. Nesse sentido, os valores democráticos que Wyllys defende se refere aos direitos iguais aos “diferentes”. Para Todorov:

O povo, a liberdade, o progresso são elementos constitutivos de democracia; mas se um deles se emancipa de suas relações com os outros, escapando assim a qualquer tentativa de limitação e erigindo-se em único e absoluto, eles transformam-se em ameaças: populismo, ultraliberalismo, messianismo, enfim, esses inimigos íntimos da democracia (TODOROV, 2012, p. 18).

A partir da citação acima podemos pensar que democracia exige equilíbrio. Ora, equilíbrio é sinônimo de igualdade e harmonia. Nessa perspectiva, justifica-se a defesa dos valores democráticos de Wyllys na medida em que o mesmo defende paridade de todos os sujeitos perante a lei.

De modo análogo, podemos pensar sobre o termo “cidadania” que significa participação, em primeiro lugar, ser um cidadão em sua plenitude e, em segundo, participar ativamente da atividade política pelo bem comum e de si. Portanto, não há cidadania plena aos homossexuais no Brasil, pois estes não gozam dos mesmos direitos civis, embora compartilhem das mesmas obrigações para com o Estado.

Afinal, é preciso saber, onde podemos enxergar o abuso de poder? Em que momento é possível assinalar que o discurso de Bolsonaro é representativo para a hierarquização das configurações de sexualidade? A resposta está nas associações argumentativa e nas estratégias de persuasão.

²⁰ Ler mais em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/04/deputado-feliciano-diz-em-culto-que->

Historicamente, a luta por direitos LGBTs é recente. Como visto nos capítulos iniciais, os movimentos sociais que viriam a contribuir para a abertura dos parâmetros dos comportamentos sociais e sexuais se intensificaram, no Ocidente, após a década de 1960.

Sendo assim, a homossexualidade, embora venha ganhando espaço, visibilidade, respeito e reconhecimento dentro da sociedade e cultura brasileira, ainda não é uma expressão sexual aceita por uma grande maioria. A mudança ocorre, mas certos valores sociais, históricos, culturais e religiosos estão impregnados ainda na nossa visão acerca do sexo, da sexualidade e do gênero.

O Estado brasileiro não confere a todos seus cidadãos os mesmos direitos e isso é um abuso de poder. Se as leis do Brasil conferem a certa composição conjugal o direito ao casamento, a adoção e a herança, por exemplo, e não as concedem o mesmo direito a outras configurações familiares está, sim, diante de um processo de diferenciação entre os cidadãos. Em relação a isso, podemos dizer que o Brasil do século XXI não respeita as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que fala em liberdade, justiça e igualdade a todos e a todas sem distinção.

Todos os cidadãos podem sofrer violências por quaisquer motivos, mas somente os LGBTs são mortos porque nasceram, optaram ou se expressam dessa forma, isso é resultado de uma estrutura de poder que inferioriza determinados grupos sexuais. Estamos diante também de um abuso de poder.

Nessa perspectiva, podemos ir além. Se há na cultura ocidental uma motivação específica para matar, deveria ter, por consequência, uma lei também específica para inibir tais atos de violência. Se a lei que criminaliza a homofobia não é aprovada no Brasil, o Estado legitima esse crime ou, ao menos, se exime de buscar soluções para o problema.

Se os meninos e meninas do país recebem em suas casas obras televisivas com casais heterossexuais em novelas, séries, videoclipes, programas de televisão e, mesmo assim, a homossexualidade nunca deixou de existir, pelo contrário está passando por um processo de afirmação, o que nos

levaria a pensar ao contrário? Ainda, nesse sentido, se há uma novela²¹ que protagoniza um beijo entre dois homens e isso é motivo de polêmica e enquetes de opinião pública, não estamos diante de uma cultura nem democrática, nem igualitária. Se a grande mídia separa o livro, do livro gay, o filme, do filme gay, a música, da música gay é porque ainda vivemos em tempos de preconceitos e sectarismos. Se, no esporte, para desestabilizar um goleiro de futebol do time adversário, um estádio inteiro grita “bicha”²² é porque a hierarquização das sexualidades permanece.

Dessa forma, todos os exemplos acima são formas de mostrar para o nosso leitor que, se de um lado a caminhada pelo respeito à diversidade sexual está distante do satisfatório, por outro, estamos a dizer que há a possibilidade de resistência das opressões, há a possibilidade de luta por direitos e visibilidades na política, na mídia, no esporte e na sociedade como um todo.

A dominação da heterossexualidade e o abuso de poder da cultura heteronormativa são facilmente encontrados nos argumentos discursivos de Bolsonaro. Explicando melhor, a ofensa pública à comunidade LGBT é tolerada no Congresso como as fontes nos revelam. Bolsonaro não só se empenha no discurso e na prática de desprestigiar e menosprezar os sujeitos homossexuais, como também busca agir sempre que há a possibilidade de alguma medida legal em prol da comunidade gay.

Nessa mesma perspectiva, os discursos que Bolsonaro e Wyllys protagonizaram entre os anos de 2011 e 2014 são representativos de uma história em processo. Os saberes apresentados por ambos os deputados apresentam que a contemporaneidade pode ser caracterizada pela inserção dos sujeitos não heterossexuais na nossa cultura, da mesma forma que pode nos mostrar que o centro referencial, que tem na heterossexualidade o ponto organizador da família, não foi alterado.

A homossexualidade como perversão, a homossexualidade como doença, a homossexualidade como escolha, a homossexualidade como potencialmente criminosa, a homossexualidade como um perigo para o status

²¹ Em Janeiro de 2005, foi ao ar no último capítulo da novela Amor à Vida, da Rede Globo, o beijo entre os personagens Nico (Thiago Fragoso) e Felix (Matheus Solano). A cena teve grande repercussão sendo o primeiro beijo homossexual, entre dois homens, em novelas do horário nobre da emissora.

²² Ler mais em: <http://torcedores.uol.com.br/noticias/2017/03/opiniao-bicha-estadio-de-futebol>

quo e para a nossa organização social, como aponta Bolsonaro são saberes do presente. A homossexualidade como orientação, a homossexualidade como superação, a homossexualidade como direito face à constituição ou à história, a homossexualidade como sinônimo de modernidade, a homossexualidade como o símbolo de revolução, como aponta Wyllys, também são saberes do presente.

A homossexualidade hoje se converte em um saber híbrido no momento em que suas verdades e significados estão sendo construídos do encontro do presente e do passado, mas também a partir das relações de poder que permeiam sujeitos e grupos no seio da sociedade. A diversidade sexual virou a agenda do dia, virou objeto de discussão, e isso coloca todos os sujeitos históricos em protagonismo.

Entre o espaço ou falta dele que a sexualidade não heteronormativa ocupava no passado e aquilo que analisamos no presente é possível apontar duas conclusões: 1) a heterossexualidade ainda se constitui no modelo ocidental de expressão sexual e 2) a homossexualidade existe e sempre existiu, é visível, transgressora, possibilidade, revolucionária, ousada, em busca da legitimidade e de identidades sociais pluralizadas.

5. Para efeito de conclusão

A sexualidade no mundo moderno pode ter sido, em parte, reprimida por não poder se manifestar plenamente em todas suas configurações e com toda sua potência. Mas, ao mesmo tempo, vivemos desde o século XIX uma avalanche de informações, conhecimentos, saberes em torno da homossexualidade.

A cultura europeia provocou significativo impacto no que tange a sexualidade dos povos nativos. Antes do domínio luso, as “regras do jogo” eram outras, o pecado era desconhecido, não por não haver certas regras de comportamento, mas por conta da sexualidade não ser concebida nem como um crime contra as forças divinas, nem como um atributo capaz de fazer surgir uma nova espécie, mais ou menos humana.

A história da humanidade é o movimento das relações de poder, apresentadas de formas distintas dependendo do tempo histórico e do espaço geográfico. No Brasil, a homossexualidade já foi questão da Igreja, objeto dos médicos e alvos dos policiais. Em todas as épocas, em maior ou menor medida, organizada ou fragmentada, houve formas de resistência. Bem, isso é história, a inscrição das rupturas no tempo.

Na segunda metade do século XX, após uma maior articulação políticas e alguns sinais de mudanças sociais e culturais, a epidemia de SIDA assustou as “bichas”, “sapatões” e “travestis”, na linguagem popular (que embora sejam termos cunhados sob as garras da homofobia, eles vem sendo ressignificados como ferramenta de combate ao preconceito). Mas, assustou também os ditos normais, os ditos comuns, a “verdadeira” família brasileira. Esse medo pode ser interpretado como a consequência do reconhecimento de que a homossexualidade existia e sempre esteve aqui. Esse medo diz respeito a destruição de um imaginário de uma sociedade heteronormativa, pois se foram embora artistas, esportistas, mas também vizinhos, amigos, familiares. Conhecemos a fragilidade dos corpos e a força da homofobia.

A homofobia existia, a sua forma, antes mesmo do conceito nascer no seio das ciências médicas. A violência, a injúria, a ofensa, a sentença de morte legal ou popular, religiosa ou secular, física ou psicológica se mistura com a própria história da homossexualidade. Homens que apareciam demais,

mulheres invisíveis, seres indecifráveis, caricatos, doentes, pervertidos, criminosos e pecaminosos. Inimigos de Deus, dos Deuses, da família, do clã, da tribo, da sociedade. Instrumentos de prazer, de dor, de risos, de diversão. Os homossexuais hilotas viveram, por vezes, sempre, às vistas de heterossexuais Eupátridas sedentos por demonstrar seu poder, sua dominação nos treinamentos da história.

Uma análise dos saberes em torno da homossexualidade no Congresso Nacional Brasileiro entre os anos 2011 – 2014. Uma? Duas, três. Nossas fontes, os discursos em Plenário falam menos dos personagens que os proferem e mais da cultura e da história presente que os formam.

O discurso numa perspectiva crítica, entre tantas possibilidades, foi aqui analisado de forma a aparecer o quanto o Brasil diferencia seus cidadãos por conta de sua orientação sexual. A Análise Crítica do Discurso foi capaz de fazer aparecer à superfície escondida sob o nome de opinião, cultura, naturalidade.

Da História Política, o entendimento de que o espaço em que nos debruçamos nessa pesquisa pode ser compreendido como um lugar, *a priori*, de medição de conflitos. Esses conflitos não criados, necessariamente, pelos políticos, eles são abordados sob uma forma legal e legítima.

Todavia, não nos deixamos enganar, o político não é neutro nem se encontra em um lugar destoado da sociedade e do seu tempo. Muitos dizem que o Brasil possui um Congresso que não o representa, ao contrário, ao se confrontar os discursos com a bibliografia, não foi difícil estabelecer as semelhanças dos saberes que formam certa unidade cultural com os saberes e os sentidos construídos por Bolsonaro e Wyllys.

O Brasil é campeão mundial por assassinatos de homossexuais por conta da expressão de suas sexualidades. Isso, que não contamos aqui, outras violências como o feminicídio e o extermínio de jovens negros da periferia, que embora sejam temáticas diferentes, compartilham do mesmo princípio da cultura do ódio: a superioridade de uns sobre outros.

Jair Bolsonaro e Jean Wyllys são instrumentos representativos de dois discursos diferentes. O primeiro organizado sob a ótica da dominação, se entrelaça com outros discursos seculares e religiosos que, ao longo da história, dentro das especificidades de suas épocas e áreas, se incumbiram do mesmo

objetivo. O segundo, herdeiro das forças de contestação da normatividade dos comportamentos pós década de 1960, utiliza de um discurso de liberdade e direitos que, em parte, mantém relações com o período pós-Segunda Guerra, na medida em que as atrocidades dos regimes fascista e nazista provocaram novos olhares sobre os indivíduos e sobre as singularidades.

A História do Presente pode ser frustrante ou desafiadora, dependendo do ponto de vista de quem pesquisa e de quem lê. Talvez, a melhor parte de escrever uma história sobre o tempo presente, seja a indefinição, o não fechamento dos processos e dos fenômenos, a emoção de em algum momento estar certos ou totalmente errados.

Ao traçarmos uma análise que buscou dialogar a ACD com a História tínhamos como principal objetivo fornecer certa base, caminho, possibilidade de abordagem ao/à nosso/a leitor/a. Assim, a partir disso, justamente por não podermos criar, encerrar ou definir um processo histórico, passamos o protagonismo a quem lê.

A história está sempre em movimento, as relações de poder são o motor desse movimento e nós somos os personagens dele. A partir de então novas páginas precisam ser preenchidas e, de preferência, com novas histórias.

Referências Bibliográficas

Fontes

BOLSONARO, Jair. Discursos em plenário (2011-2014). Disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br> Acessado em 27/04/2016.

WYLLYS, Jean. Discursos em plenário (2011-2014). Disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br> Acessado em 27/04/2016.

Literatura secundária

ALMEIDA, Marlise M. M. Dimensões da masculinidade no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 29-40, 2000. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/311> Acessado em: 07/01/2014.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 219-232.

BERNOS, Marcel; LECRIVAIN, Philippe; RONCIÈRE, Charles de la; GUYNON, Jean. **O fruto proibido**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o Ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu São Paulo: Contexto, 2013.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 215-218.

COURTINE, Jean-Jacques. Impossível virilidade. In: _____ (org.). **História da Virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 7-10.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013.

DEL PRIORI, Mary. **Histórias íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

ENGEL, Magali Gouvêa. O médico, a prostituta e os significados do corpo doente. VAINFAS, Ronaldo (org.). **História e Sexualidade no Brasil**. São Paulo: Graal, 1986, p. 169-190.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha História": o retorno da História Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 265-271, 1992. Disponível em: <https://pesquisahistoricaurca.files.wordpress.com/2013/10/a-nova-velha-histc3b3ria-o-retorno-da-histc3b3ria-polc3adtica.pdf> Acessado em 13/08/2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1993.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LENSKIJ, Tatiana, HELFER, Nadir Emma (org.). **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

LIMA, Regina Aparecida Gaspar de Souza. Análise de práticas discursivas como mediadoras do poder no contexto das organizações. **e-Com**, Belo Horizonte, v.1, n.3, p. 1-18, 2010. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/ecom/article/view/592/335> Acessado em: 30/03/2016.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos "anos 1968". In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (org.). **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013, v. 1, p. 299-333.

OLIVEIRA, Luciano A. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, Pedro P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Pedro P. Discursos sobre as masculinidades. **Revista estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p.1-23, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036> Acessado em:

08/01/2014.

PADRÓS, Enrique Serra; RODRIGUES, Gabriela. História Imediata e Pensamento Único: reflexões sobre a História e o ensino de História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (org.). **A memória e o ensino de história**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000, p. 123-139.

PINSKY, Carla B; LUCA, Tania R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Metamorfoses do discurso político contemporâneo: por uma nova perspectiva de análise. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 1, p. 25-42, 2007. Disponível em: <http://www.abralin.org/revista/RV6N1/04-Carlos-Piovezani.pdf> Acessado em 13/08/2017.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v.7, p. 67-82, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf> Acessado em: 13/08/2017.

REIS, José C. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, 1995. Disponível em >
<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
Acessado em 28/03/2016.

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade**. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

TELES, Paulo Roberto Alves. O discurso histórico e suas multiplicidades: uma abordagem sobre as novas demandas da historiografia contemporânea a partir da história do tempo presente. **Boletim Historiar**, v.3, Sergipe, p. 43-52, 2014. Disponível em:
<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/download/2561/2196> Acessado em: 13/08/2017.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

WODAK, Ruth: Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagens em (Dis)curso**, Tubarão, v.4, n. esp, p. 223-243, 2004. Disponível em:

<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0403/040310.pdf> Acessado em: 30/03/2016.